Disciplina: Metodologia Científica **Autores:** D.ra Gabriela Schneider

Revisão de Conteúdos: Esp. Marcelo Alvino da Silva Revisão Ortográfica: Jacqueline Morissugui Cardoso

Ano: 2016



FACULDADE SÃO BRAZ

Copyright © - É expressamente proibida a reprodução do conteúdo deste material integral ou de suas páginas em qualquer meio de comunicação sem autorização escrita da equipe da Assessoria de Marketing da Faculdade São Braz (FSB). O não cumprimento destas solicitações poderá acarretar em cobrança de direitos autorais.

Gabriela Schneider



Metodologia Científica

1ª Edição

2016 Curitiba, PR Editora São Braz



FACULDADE SCALABORÁFICA BRAZ FICHA CATALOGRÁFICA

SCHNEIDER, Gabriela.

Metodologia Científica / Gabriela Schneider. – Curitiba, 2016.

71 p.

Revisão de Conteúdos: Marcelo Alvino da Silva.

Revisão Ortográfica: Jacqueline Morissugui Cardoso.

 ${\it Material\ didático\ da\ disciplina\ de\ Metodologia\ Científica-Faculdade\ S\~ao}$

Braz (FSB), 2016.

ISBN: 978-85-5475-071-8

PALAVRA DA INSTITUIÇÃO

Caro(a) aluno(a), Seja bem-vindo(a) à Faculdade São Braz!

Nossa faculdade está localizada em Curitiba, na Rua Cláudio Chatagnier, nº 112, no Bairro Bacacheri, criada e credenciada pela Portaria nº 299 de 27 de dezembro 2012, oferece cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão Universitária.

A Faculdade assume o compromisso com seus alunos, professores e comunidade de estar sempre sintonizada no objetivo de participar do desenvolvimento do País e de formar não somente bons profissionais, mas também brasileiros conscientes de sua cidadania.

Nossos cursos são desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar comprometida com a qualidade do conteúdo oferecido, assim como com as ferramentas de aprendizagem: interatividades pedagógicas, avaliações, plantão de dúvidas via telefone, atendimento via internet, emprego de redes sociais e grupos de estudos o que proporciona excelente integração entre professores e estudantes.

Bons estudos e conte sempre conosco! Faculdade São Braz

Apresentação da disciplina

Nesta disciplina serão abordados os métodos e técnicas utilizados para realizar pesquisas científicas. Vamos conhecer também as normas da Associação Brasileira de Normas técnicas (ABNT) para trabalhos acadêmicos e abordar os principais tipos de trabalhos, tais como, resumo, fichamento, entre outros.

A disciplina foi dividida em quatro aulas, quais sejam:

- > A ciência e o método científico;
- > A pesquisa científica;
- Os trabalhos acadêmicos/científicos;
- As normatizações na pesquisa científica.

FACULDADE SÃO BRAZ

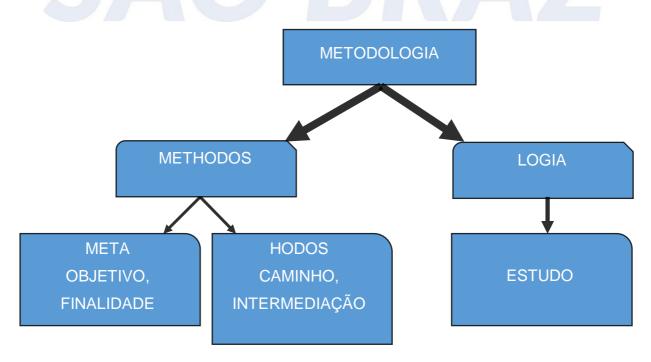
Aula 1 - A ciência e o método científico

Apresentação da aula 1

Nesta aula o foco será no conceito de metodologia científica, bem como de ciência. Buscando o entendimento dos tipos de conhecimentos existentes, qual a diferença do conhecimento científico para os outros e sua importância no âmbito acadêmico. Serão abordados também os principais métodos científicos, e as mudanças que ocorreram ao longo da história.

1. A ciência e o método científico

Segundo o dicionário de filosofia, metodologia é "Literalmente, ciência ou estudo dos métodos. Investigação sobre os métodos empregados nas diferentes ciências, seus fundamentos e validade, e sua relação com as teorias científicas" (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 130). Ou seja, metodologia tem a ver com as formas de analisar, buscar o conhecimento. Etimologicamente metodologia vem do grego e significa: "[...] o estudo dos métodos, dos caminhos a percorrer, tendo em vista o alcance de uma meta, objetivo ou finalidade". (MANFREDI, 1993, p. 1, grifos autor), conforme se pode perceber no esquema abaixo:



Fonte: MANFREDI, 1993. Adaptado pelo autor (2016).

Nesse sentido, pode-se dizer que quando se fala em metodologia científica, estamos tratando de meios, caminhos, escolhas as quais são feitas para chegar a um determinado saber, visto que "científica" deriva da palavra ciência e, esta significa saber, conhecimento.

Para Refletir



A ciência tem a ver com conhecimento, podemos pensar que tudo que sabemos ou conhecemos é ciência?

1.1 A ciência e os tipos de conhecimento

A sociedade moderna é conhecida por ser a "sociedade do conhecimento" (KÖCHE, 2015). Tal denominação não é dada por acaso, nunca foi tão fácil ter acesso a conhecimentos.

Para Refletir



O que é conhecimento? Será que conhecimento é aquilo que está escrito nos livros? Ou aquilo que encontramos na internet? Ou refere-se a o que é produzido dentro dos laboratórios, pelos cientistas? O que os nossos pais nos ensinam pode ser chamado de conhecimento? E os saberes populares, podem ser considerados como tal?

Conhecimento é tudo isso e ainda abrange outros elementos (e saberes). Segundo o dicionário de Português conhecimento significa: 1. Ato ou efeito de conhecer, 2. Noção. 3. Notícia, informação. 4. Experiência. 5. Ideia. (PRIEBAM, 2008-2013). Como se pode perceber a definição mais comum de conhecimento é bastante ampla e ele relaciona-se diretamente com a ideia de **conhecer**.

Partindo para uma definição mais ampla do que é conhecimento, pode-se dizer que ele é uma representação **significativa da realidade** (KÖCHE, 2015), o que significa dizer que conhecimento é a forma como olhamos o mundo, como o interpretamos, como o entendemos. Ou seja, sua opinião sobre a realidade das coisas, sobre como surgiu é reflexo dos seus conhecimentos.

Se o conhecimento é a minha forma de pensar/ver o mundo e ciência tem a ver com conhecimento, isso significa que todos fazemos ciência? Ou significa que todo conhecimento é científico? A resposta a essas perguntas é **não**, visto que existem diversos tipos de conhecimento e apenas um tipo de conhecimento pode ser considerado científico, que é aquele produzido no âmbito da **ciência**, por cientistas.

Vocabulário



Conhecer: (lat. *cognoscere*) Apreender diretamente algo: "Conhecer designa um gênero cujas espécies são constatar, compreender, perceber, conceber etc." (A. Lalande) (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001).

Ciência: em seu sentido amplo e clássico, a ciência é um saber metódico e rigoroso, isto é, um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos, mais ou menos sistematicamente organizados, e suscetíveis de serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 35).

A ciência e o conhecimento científico, para serem considerados como tal, exigem alguns critérios, normas, métodos para o seu reconhecimento, e são esses elementos que diferenciam a ciência dos demais conhecimentos e que traz a sua especificidade. Contudo, antes de nos debruçarmos mais sobre a questão da ciência vamos conhecer os tipos de conhecimentos.

Existe mais de uma classificação para os conhecimentos, por exemplo, para Köche (2015) eles se dividem em conhecimento: Mítico, ordinário, artístico, filosófico, religioso e científico. Marconi e Lakatos (2011) por sua vez os dividem em: popular, religioso/teológico, filosófico, científico.

1.1.1 Conhecimento Popular

O conhecimento popular como o próprio nome já diz é aquele oriundo da realidade cotidiana, da vida das pessoas, pode ser chamado também de senso comum, ou empírico, ele surge da necessidade de o homem resolver os problemas. Esse conhecimento é o mais comum porque nos deparamos com

ele diariamente. Exemplo: quando passamos babosa em uma queimadura para que pare de doer e não forme bolhas, ou quando usamos chá de boldo para dor de estômago, estamos nos utilizando de um conhecimento popular.

Nesse sentido, pode-se dizer que o conhecimento popular é aquele baseado na percepção, com fundamentos tradicionais e limitados (KÖCHE, 2015). Apesar de saber que babosa é bom para queimaduras, não se sabe o porquê dela ser boa. Quem já não tomou um chá quando estava doente, mas quando questionado por que esse chá faz bem, quais são as propriedades medicinais ou mesmo químicas, biológicas que o compõem, provavelmente o indivíduo não saberia responder.

Marconi e Lakatos (2011) apresentam algumas características do conhecimento popular, quais sejam:



FIGURA 1 – CARACTERÍSTICA DO CONHECIMENTO POPULAR

Fonte: MARCONI; LAKATOS (2011); Adaptado pelo autor (2016).

A ideia da superficialidade refere-se ao fato de não ser um conhecimento necessariamente seguro, ele é fruto de uma percepção rápida ou mesmo de algo que alguém disse, ou muitas pessoas disseram. Ou seja, ele "conforma-se com a aparência". (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 17).

Já a característica sensitiva se dá porque em geral esse tipo de conhecimento é resultado das coisas que o próprio indivíduo vivencia, suas emoções, seu estado de ânimo, etc. E ele é subjetivo porque o sujeito é que o toma como conhecimento, seja por meio da própria percepção da sua validade,

seja por decidir aceitar a verdade dita por alguém.

O conhecimento popular também é tomado como assistemático porque não exige nenhum tipo de organização, sistematização e por fim, são acríticos porque não são discutidos, analisados e pensados de uma forma crítica.

Tais características, contudo, não inviabilizam e nem diminuem o valor do conhecimento popular, contudo, eles apontam suas deficiências e o limite do seu alcance. Porém, é preciso tomar cuidado com algumas armadilhas desse tipo de conhecimento, porque nem sempre eles são construídos sobre elementos verdadeiros e podem ajudar a falsear a realidade.

O motivo mais sério que faz com que o conhecimento do senso comum se torne subjetivo e inseguro, é essa incapacidade de se submeter a uma crítica sistemática e isenta de interpretações sustentadas apenas nas crenças pessoais. (KÖCH, 2015, p. 25).

Um exemplo de como o senso comum pode ser uma forma de levar as pessoas a agirem, ou não, de uma determina maneia, é o de que "manga com leite faz mal". Essa ideia apesar de não ser tão difundida nos dias atuais, fez e ainda faz com que muitas pessoas não se arrisquem a tomar vitamina de manga, sem saber que esse dito conhecimento é resultado de uma história contada para evitar que os escravos tomassem o leite dos seus senhores, que era um produto muito caro na época, ao contrário da manga que era abundante e um dos alimentos bastante consumido pelos escravos. Tal exemplo, entretanto não tira a importância e a validade do senso comum, sendo que o mesmo, muitas vezes, é o ponto inicial para a busca de outros conhecimentos.



É importante sabermos que do conhecimento do senso comum podemos desenvolver o conhecimento científico, pois, ditos populares podem gerar questões que, às vezes, levam à pesquisa e à investigação cientifica, ou seja, aquilo a que o senso comum não responde, a ciência pode responder. (ROVER, 2006, p. 11).

1.1.2 Conhecimento religioso/teológico

O conhecimento religioso ou teológico tem como base questões doutrinárias, sagradas, enfim que se relacionam com a fé, que tem sua revelação

dada de forma sobrenatural. Nesse sentido, pode-se dizer que esse saber não tem como ser comprovado/testado porque deriva de uma aceitação que é independente da observação dos fenômenos.

Esse conhecimento está intimamente relacionado a um Deus (Buda, Jesus Cristo, Maomé, um ser invisível), ou a um ser supremo que varia de acordo com a cultura, com as crenças dos indivíduos (ROVER, 2006).

A representação da realidade no campo do conhecimento religioso se define por meio de uma crença e, baseia-se na ideia de que há uma realidade que não é visível, de um ser supremo que é o criador de tudo. Há verdades que são tomadas como absolutas e, portanto, o conhecimento é dado como algo que não tem possibilidade de ser diferente (infalível) e consequentemente, exato.

A função do conhecimento religioso é, como em qualquer tipo de conhecimento, o de fornecer respostas para nossas perguntas. Nesse caso, não são perguntas científicas, mas perguntas relacionadas às nossas dúvidas existenciais, aos nossos anseios, destinos e laços que nos remetem a uma entidade superior. (SANTOS, s/d).

1.1.3 Conhecimento filosófico

O conhecimento filosófico é aquele que se ocupa de questões mais gerais, de problemas humanos que são teóricos e não resultado de fatos ou vivencias, mas sim oriundos de elementos que estão no campo das ideias, do pensamento. Segundo Marconi e Lakatos (2011) esse saber é resultado do uso racional, seus resultados são baseados na **lógica** do pensamento e não exigem experimentação.

As perguntas que a Filosofia tenta responder são diferentes daquelas que a Ciência consegue responder. Enquanto a Ciência é fortemente baseada em fatos, tentando estabelecer leis e padrões, a Filosofia é especulativa, baseada principalmente na argumentação. (SANTOS, S/d).

Vocabulário



Lógica: (lat. lógica, do gr. *logike*, de logos: razão). Em um sentido amplo, a lógica é o estudo da estrutura e dos princípios relativos à argumentação válida, sobretudo da inferência dedutiva e dos métodos de prova e demonstração. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p.120).

As perguntas dos filósofos, como exposto por Santos são diferentes dos cientistas, pois enquanto esses vão perguntar quais são as causas da morte de uma pessoa, o filósofo vai perguntar o que é a morte. E para responder tal pergunta não há como utilizar-se de fatos, de experiência, só se pode responder a esse tipo de pergunta por meio do pensamento, da dedução, do uso da lógica e da razão.

Amplie Seus Estudos





SUGESTÃO DE LEITURA

Amplie seus conhecimentos lendo o livro *Metodologia científica*, de autoria de Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos, a obra visa aprofundar um pouco mais sobre os tipos de conhecimento.

Segundo Marconi e Lakatos (2011) esse o conhecimento filosófico tem as seguintes características: é infalível e exato, pois seus resultados e conclusões não são colocados à prova, ou seja, não são testados ou mesmo rejeitados por meio da observação.

Curiosidade



A origem do conhecimento filosófico surge na Grécia Antiga em substituição as explicações por meio dos mitos e das crenças religiosas. (DEPINÉ; GOMES; SOARES, 2009).

1.1.4 Conhecimento científico

O conhecimento científico é o qual busca explicações para os problemas humanos, não apenas de forma superficial, como faz o senso comum, mas buscando encontrar explicações por meio de testes e investigações. Ao contrário do conhecimento filosófico ele se preocupa com as questões reais, com os fatos e ocorrências da vida e não os resolve apenas por meio do pensamento (ainda que possa utilizá-lo).

Segundo Köche (2015), o que distingue o conhecimento científico dos outros, principalmente do senso comum, não é o assunto, o tema ou o problema. O que distingue é a forma especial que adota para investigar os problemas. Ambos podem ter o mesmo objeto de conhecimento. A atitude, a postura científica que consiste em não dogmatizar os resultados das pesquisas, mas tratá-las como eternas hipóteses que necessitam de constante investigação e revisão crítica intersubjetiva é que torna um conhecimento objetivo e científico. (KÖCHE, 2015, p. 37, grifos do autor).

Ainda segundo esse autor o conhecimento científico é sistemático, metódico e crítico. Sistemático porque trata as questões de forma ordenada, relacionando os saberes, metódico porque segue caminhos, meios específico e crítico no sentido que é analisado de várias formas, sempre com um olhar de desconfiança buscando encontrar meios de se **refutar** as hipóteses ou conclusões que se tem.

Vocabulário



Hipótese: é a explicação, condição ou princípio, em forma de proposição declarativa, que relaciona entre si as variáveis que dizem respeito a um determinado fenômeno ou problema. (KÖCHE, 2015, p. 108).

Refutar: (lat *refutare*) vtd 1 Rebater (os argumentos ou objeções do adversário); contradizer. 2 Contestar as asserções de (um livro, um jornal, um autor). 3. Não concordar com; reprovar; ser contrário a: "Não é preciso dizer que refutei tão perniciosa doutrina" (Machado de Assis). 4 Contrariar com provas; desmentir; negar: A realidade refuta as superstições.

O conhecimento científico, portanto, é aquele que é produzido a partir de um rigor metodológico que não acompanha os demais tipos de conhecimento. Além disso, uma de suas características é a inexatidão e a constante mudança ou avanço, visto que ele é transitório, pois pode ser analisado de diversas formas o que nem sempre demonstrará o mesmo resultado. O conhecimento científico vai se modificando conforme a ciência vai avançando, se aperfeiçoando.

Mas, antes de discutirmos um pouco mais sobre o conceito de ciência, apresenta-se a seguir no quadro 1.1 as principais características dos tipos de conhecimentos discutidos:

QUADRO 1.1 - CARACTERÍSTICAS DAS FORMAS DE CONHECIMENTO.

CONHECIMENTO POPULAR	CONHECIMENTO CIENTÍFICO	CONHECIMENTO FILOSÓFICO	CONHECIMENTO RELIGIOSO
Valorativo	Real (factual)	Valorativo	Valorativo
Reflexivo	Contingente	Racional	Inspiracional
Assistemático	Sistemático	Sistemático	Sistemático
Verificável	Verificável	Não verificável	Não verificável
Falível	Falível	Infalível	Infalível
Inexato	Aproximadamente exato	Exato	Exato

FONTE: TRIJULLO (1974, p.11).

1.2 Ciência e as ciências

No início desta aula definimos ciência como um saber específico, metódico e rigoroso (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001) e anteriormente discutimos que essa se relaciona com o conhecimento científico. Na verdade, esse é o tipo de conhecimento produzido pela ciência. Contudo, é preciso esclarecer que o próprio conceito de ciência não é único e foi sendo modificado ao longo dos anos.

Köche (2015), faz uma crítica a uma ideia de ciência, que está muito em voga hoje, ligada ao seu caráter prático, como se a ciência necessariamente tivesse que "proporcionar controle prático sobre os fenômenos da natureza" (p. 43). Para ele a ciência tem a ver com a vontade/necessidade de o homem

compreender a sua realidade, a si mesmo e por isso, ele busca, investiga e produz ciência. Segundo Demo (2012) o que difere a ciência dos demais conhecimentos é o "questionamento sistemático". Ou seja, é algo que sempre está em questionamento e que para ser analisado precisa ser discutido, investigado, criticado.

"Mas, então quais são os objetivos da ciência, quais são seus ramos de estudo?" Assim como são vários os conceitos de ciência, são várias as classificações. Essas iniciaram com Augusto Comte, que utilizou o critério da complexidade para estabelecer os ramos de atuação da ciência, que segundo ele eram: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia e Moral (MARCONI; LAKATOS, 2011).

Não há um consenso referente às classificações, contudo, optei por utilizar a definição de Marconi e Lakatos (2011) que tem sua base nas ideias de Bunge, conforme pode-se verificar na figura abaixo:

Factuais

Ciências

FIGURA 2 – CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS DE MARCONI E LAKATOS

FONTE: MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 28, adaptado.

A divisão da ciência em duas grandes áreas, as factuais e formais, é definida pela diferença no objeto de estudo, pois enquanto a primeira se preocupada com os fatos, sejam eles sociais ou naturais, a ciência formal ocupase das ideias (MARCONI; LAKATOS, 2011), visto que não é possível observar sua aplicabilidade prática.

As ciências naturais compreendem a física, química, biologia, saúde, dentre outras e as sociais referem-se à antropologia, direito, economia, política,

sociologia, etc. Somente com essa divisão é possível perceber as principais diferenças entre esses dois tipos de classificação das ciências (factuais e formais), pois enquanto os objetos de estudo nas ciências formais são mais abstratos, as factuais referem-se às questões da vida cotidiana, de objetos.

Marconi e Lakatos (2011) apresentam alguns aspectos que diferenciam essas duas ciências, como se pode observar no quadro a seguir:

QUADRO 1.2 – ASPECTOS RELACIONADOS À DIVISÃO DAS CIÊNCIAS FORMAIS E FACTUAIS

ASPECTO	CIÊNCIAS FORMAIS	CIÊNCIAS FACTUAIS
OBJETO OU TEMA DE ESTUDO	Enunciados	Processos
ENUNCIADOS	Relações entre símbolos	Fenômenos e processos
COMPROVAÇÃO	Teoremas, lógica, dedução	Observação e experimentação
RESULTADOS	Demonstram ou provam	Verificam (comprovam ou refutam)

Fonte: MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 29, adaptado pelo autor (2016).

Como se pode observar no quadro 1.2 as diferenças entre essas duas classificações dos estudos científicos referem-se primeiramente ao objeto de estudo e a forma como se vai analisar esse objeto. Não é por acaso que uma das grandes diferenças entre o conhecimento científico e os demais conhecimentos se refere ao método, ou seja, o caminho que vai se utilizar para realizar sua investigação.

1.3 Os métodos científicos

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando decisões do cientista. (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 46).

O método científico, que é aquele usado e reconhecido pela comunidade acadêmica para a realização de estudos e pesquisas considerados válidos nesse âmbito, exige uma ação sistemática e rigorosa e envolve todo o processo de trabalho. Não é por acaso que inicialmente pode-se dividir os métodos em dois tipos: **abordagem** e **procedimento**. Para Andrade (2010) os métodos de

abordagem referem-se ao modo como eu vou pensar/olhar meu problema, objeto, fato de pesquisa. Eles caracterizam-se por representarem os procedimentos mais gerais que são utilizados. Esse mesmo autor diz que os métodos de procedimento são mais específicos e relacionam-se mais diretamente com as etapas de trabalho.

1.4 Métodos de abordagem

Os métodos de abordagem relacionam-se diretamente a correntes filosóficas, ou seja, cada forma de pensar um objeto corresponde a uma corrente da filosofia. Tais métodos são de muita importância e eles ajudaram a definir o que se pode ou não entender por ciência, haja vista que quando o método não podia ser utilizado para o que se pretendia estudar, pressupunha-se que ele não era ciência.

1 4 1 Método dedutivo

O método dedutivo como o próprio nome já diz refere-se à ideia de dedução, e deduzir significa "Raciocínio que nos permite tirar de uma ou várias proposições uma conclusão que delas decorre logicamente". (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 49). Esse método liga-se diretamente a ideia de racionalismo, pois confia totalmente na lógica e não consegue encontrar outro meio de se chegar à ciência que não por meio dela.

Vocabulário



Racionalismo: Doutrina que privilegia a *razão dentre todas as faculdades humanas, considerando-a como fundamento de todo conhecimento possível. O racionalismo considera que o real é em última análise racional e que a razão é, portanto, capaz de conhecer o real e de chegar à verdade sobre a natureza das coisas. Segundo Hegel: "Aquilo que é racional é real, e o que é real é racional" (Filosofia do direito, Prefácio). (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 162).

O método dedutivo utiliza-se da lógica para sair do que é geral (universal) para aquilo que é particular e chegar a uma determinada conclusão, como é possível perceber no exemplo abaixo:

Todo homem é mortal – universal;

Pedro é homem – particular;

Logo, Pedro é mortal – conclusão.

(ANDRADE, 2010, p. 119)

O método dedutivo tem início com as ideias de Aristóteles, mas se desenvolve e ganha força com Descartes, Spinoza e Leibniz.

1.4.2 Método indutivo

O método indutivo, ao contrário do método dedutivo, se parte de várias particularidades para se chegar a uma conclusão geral/universal:

O calor dilata o ferro - particular;
O calor dilata o bronze – particular;
O calor dilata o cobre – particular;
Logo, o calor dilata todos os metais – geral,
universal.

(ANDRADE, 2010, p. 119-120)

Esse método pode ser relacionado ao **empirismo**, pois baseia-se na ideia de experimentação. Tem como seus principais representantes: Bacon, Galileu e Newton.

Vocabulário



Empirismo (fr. *empirisme*) I. Doutrina ou teoria do conhecimento segundo a qual todo conhecimento humano deriva, direta ou indiretamente, da experiência sensível externa ou interna. Frequentemente fala-se do "empírico" como daquilo que se refere a experiência, às sensações e às percepções, relativamente aos encadeamentos da razão. (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 212).

O método científico indutivo obedece às seguintes etapas para se consolidar:

Observação

Hipóteses

Experimentação

Comparação

Abstração

Generalização

FIGURA 3 – ETAPAS DO MÉTODO INDUTIVO

Fonte: ANDRADE, 2010, Adaptado pelo autor (2016).

O método indutivo, precisa ser utilizado com cautela, visto que se for usado indiscriminadamente pode trazer equívocos, ao generalizar o que nem sempre pode ser generalizado a partir das particularidades:

João trabalha na polícia e é corrupto – particular

Manoel trabalha na polícia e é corrupto – particular

Ana é policial e é corrupta – particular

Logo, todos os policiais são corruptos

Os equívocos apresentados acima podem ser evitados com o uso correto e rigoroso do método, além é claro de sua adequação ao problema estudado.

1.4.3 Método hipotético-dedutivo

O método hipotético-dedutivo busca avaliar se as soluções, respostas a uma determinada hipótese são verdadeiras ou não, baseia-se em geral na experimentação (ANDRADE, 2010) e por isso é mais utilizado pelas ciências naturais. Segundo Köche (2015) esse método baseia-se na tentativa sendo que "O seu uso permite identificar os erros da hipótese para posterior correção. Ele não imuniza a hipótese contra a rejeição, mas ao contrário, oferece todas as condições para, se não for correta, que seja refutada". (p. 74).

É necessário notar que uma hipótese, testada ou confirmada nunca é completamente aceita e nesse sentido, o que se busca é testar as hipóteses com base em testes muito rígidos e com alto controle, uma hipótese é rejeitada ou não é rejeitada. (KÖCHE, 2015).

Importante

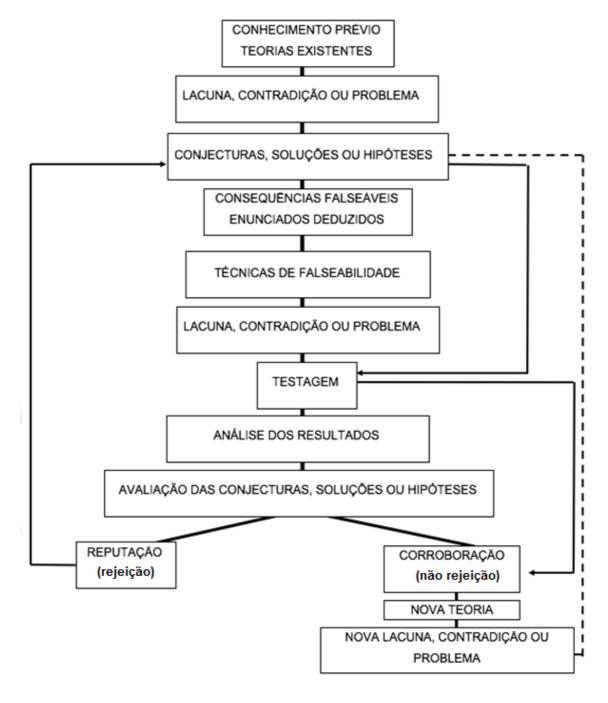


Problema – [...] é uma pergunta inteligente que contém as possíveis relações de uma possível resposta. (KÖCHE, 2015, p. 108).

Técnicas de falseabilidade – essa etapa da pesquisa consiste em "[...] tornar falsas as consequências deduzidas ou deriváveis da hipótese [...]. "(MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 77).

O esquema à seguir ilustra as etapas desse método, no qual novas hipóteses são sempre colocadas à prova.

FIGURA 4 – ETAPAS DO MÉTODO HIPOTÉTICO DEDUTIVO



FONTE: MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 75.

As críticas a esse método retomam aquelas descritas quando se referia ao método dedutivo, acrescentando a ideia de falseabilidade, o que faz com que "[...] a ciência se limite à eliminação do erro, sem que se apresente como progressiva descoberta ou aproximação da verdade". (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 80).

1.4.4 Método dialético

O método dialético tem sua base nas ideias de Hegel, que entende a dialética como a "lógica do conflito, do movimento, da vida". (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 82). Nesse sentido, pode-se dizer que a realidade não é algo dado, pronto e acabado, mas algo que precisa ser olhado e analisado como um processo e, a partir de suas contradições, de seu movimento. Nessa perspectiva as coisas, fenômenos estão relacionados, ou seja, há uma dependência entre esses e, portanto, eles não podem ser analisados individualmente, sem considerar os elementos a eles ligados.

No método dialético há uma preponderância dos aspectos qualitativos em detrimentos dos quantitativos, uma vez que não é possível captar mudanças, movimentos contradições, e como afirmam Marconi e Lakatos (201, p. 86): "[...], a mudança das coisas não pode ser indefinidamente quantitativa: transformando-se, em determinado momento sofrem mudança qualitativa. A quantidade se transforme em qualidade".

Como se pôde verificar existem vários métodos de abordagem, é importante ressaltar que a depender dos autores utilizados como base a classificação dos métodos pode ser diferente. Aproveite e pesquise um pouco mais, antes de conhecer os métodos de procedimento.

Saiba Mais



Em Hegel, a dialética se movimenta da seguinte forma: primeiro existe a **tese**, que é a ideia, gerando uma **antítese**, que se contrapõe à **tese**, surgindo assim a **síntese**, que é a superação das anteriores. Hegel aplicava esse raciocínio à realidade e aos diferentes momentos da história humana. Desde as antigas civilizações do oriente até a concepção de Estado Moderno, constando nesse ínterim, acontecimentos como o surgimento da filosofia, o iluminismo e a Revolução Francesa. Ou seja, a história estaria dividida em três etapas, correspondendo exatamente à **tese**, **antítese** e **síntese**. A **síntese** representa a superação da contradição. (BORGES, s/d).

1.5 Métodos de procedimento

Os métodos de procedimento como o próprio nome diz, referem-se ao modo como vamos lidar diretamente com nosso problema, ou seja, representam as técnicas, os meios pelas quais a investigação vai ser estruturada. De acordo com a classificação de Marconi e Lakatos (2011), são 7 (sete) os procedimentos para a realização de uma pesquisa.

1.5.1 Método histórico

Como próprio nome diz, o método histórico busca analisar o passado, a origem das coisas, dos elementos e dos fenômenos para explicar a realidade atual, visto que entende que essa é decorrente do que já aconteceu.

1.5.2 Método comparativo

Tal método consiste na comparação de dois ou mais objetivos buscando identificar semelhanças e divergências. Segundo Gil (2008, p. 16-17) "Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo".

1.5.3 Método monográfico ou estudo de caso

Nesse método estuda-se com profundidade uma determinada característica da realidade, sejam pessoas, instituições, comunidades, grupos, etc. Segundo Prodanov e Freitas (2013) o método monográfico tem como princípio o que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. (p. 39).

1.5.4 Método estatístico

O método estatístico busca uma análise quantitativa da realidade, reduzindo os fenômenos, coisas/objetivos a esses termos (MARCONI;

LAKATOS, 2011). Nesse utilizam-se processos estatísticos para analisar a realidade, verificar relações entre elementos e buscar generalizações.

O método estatístico passa a se caracterizar por razoável grau de precisão, o que o torna bastante aceito por parte dos pesquisadores com preocupações de ordem quantitativa. (GIL, 2008, p. 17).

1.5.5 Método tipológico

O método tipológico é semelhante ao comparativo, contudo faz análise da realidade a partir de algo que não existe nela mesma, ou seja, a partir de um modelo, de uma base ideal. Constrói-se uma tipologia ideal e a partir dela se analisa a realidade.

1.5.6 Método funcionalista

O método funcionalista entende que a sociedade é composta por unidades/partes que são diferentes, porém, relacionadas e dependentes, sendo que essas "[...] são mais bem entendidas compreendendo-se as funções que desempenham no todo. O método funcionalista estuda a sociedade do ponto de vista da função de suas unidades, isto é, como um sistema organizado de atividades". (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 94).

1.5.7 Método estruturalista

No estruturalismo a realidade é analisada a partir da noção de estrutura, ou seja, do todo, e, portanto, seu método de investigação parte do concreto para o abstrato, e depois retomando ao concreto.

A perspectiva estruturalista propõe o abandono do exame particular dos objetos a que se consagra. Estuda as estruturas subjacentes ao organizar e ao administrar, formadas pelos elementos que os caracterizam enquanto traços inerentes ao espírito humano. Desconsidera as organizações e as formas de administrar, tomadas como manifestações de outras coisas - como segmento social, agente econômico, ator político, etc. - que não elas mesmas. Seu propósito é a constituição de modelos arquetípicos de todas as organizações e de todas as formas de organizar. (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 138).

1.6 O uso dos métodos

É de grande importância esclarecer que esses procedimentos (métodos) não são únicos e nem exclusivos, ou seja, podem ser combinados e utilizados conjuntamente. O que vai determinar qual ou quais você vai utilizar é sempre seu problema de pesquisa e suas hipóteses.



Embora reconhecendo a importância de o pesquisador seguir um método como referência, entendemos que o ideal é empregar métodos e não um método, visando a ampliar as possibilidades de analise, considerando que não há apenas uma forma capaz de abarcar toda complexidade das investigações. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 39).

Realizar uma pesquisa em âmbito acadêmico não é simples e exige conhecimento dos métodos, abordagens e procedimentos, sendo esses elementos que irão garantir que um trabalho seja aceito e possa ser utilizado como referência. A produção do conhecimento na realidade atual tem sua confiabilidade e validade dadas pela ciência, nesse sentido, a disciplina de metodologia científica é essencial.

Resumo da aula 1

Nesta aula foram abordados os tipos de conhecimento, os quais são classificados em quatro tipos: popular, religioso/teológico, filosófico e científico, sendo que o destaque é dado a esse último, que é frutos das ações da ciência e, portanto, objeto de estudo dessa disciplina. Discutiu-se as diferentes ciências, bem como os métodos a ela relacionados, com destaque para os métodos de abordagem e de procedimento. Dentre os métodos de abordagem temos o dedutivo, o indutivo, o hipotético-dedutivo e o dialético. Os de procedimento são classificados como histórico, comparativo, monográfico ou estudo de caso, estatístico, tipológico, funcionalista, estruturalista e a utilização dos mesmos.

Atividade de Aprendizagem



Descreva um exemplo de pesquisa com cada método de procedimento apresentado e qual a sua importância.

Aula 2 - Os tipos de pesquisa

Apresentação da aula 2

Nesta aula o foco será entender melhor a utilização dos métodos explicitados na aula 1, enfatizando que a ciência e o conhecimento científico se desenvolvem por meio da pesquisa. Porém, é importante dizer que ao falarmos de pesquisa em uma disciplina de metodologia científica, não estamos falando de qualquer tipo de pesquisa e sim a que se caracteriza por utilizar os métodos científicos, de acordo com a definição de Andrade (2010, p. 109); "Pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos".

2. Os tipos de pesquisa

Para realizar uma pesquisa (científica) são necessários diversos procedimentos, iniciando pela definição/delimitação de um tema e sua problemática, estabelecimento de hipóteses, estudo relativo ao que já foi produzido sobre o tema, trabalho de campo (investigação, coleta de dados), análise e intepretação do que foi coletado e finalizando com a descrição dos achados de pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Gil (2007) esquematiza as pesquisas a partir do seguinte diagrama:

FIGURA 2.1 – DIAGRAMA DE PESQUISA



FONTE: GIL, 2007, p. 21. Adaptado pelo DI (2016).

Apesar do diagrama ser bastante elucidativo das atividades de uma pesquisa, é importante considerar que esse modelo não é fixo e tampouco linear, sendo que por vezes, ele pode ser simplificado ou modificado a depender das necessidades do pesquisador e da temática por ele analisada.

É perceptível que não existe apenas um tipo de pesquisa, e elas são classificadas de diversas formas, dependendo da referência utilizada. Segundo o esquema definido por Prodanov e Freitas (2013), o qual classifica as pesquisas segundo à natureza e à forma de abordagem do problema, quanto aos fins da pesquisa e quanto aos procedimentos.

2.1 Natureza da pesquisa

A diferenciação da pesquisa quanto à sua natureza é de duas ordens: básica ou aplicada.

2.1.1 Pesquisa básica

A pesquisa básica tem como principal característica o estabelecimento de novos conhecimentos, contudo, esses não são práticos, ou seja, não tem uma aplicabilidade direta. São pesquisas que analisam questões, problemas, mas,

sem procurar respostas práticas. Segundo Prodanov e Freitas (2013) elas são relacionadas a interesses e verdades universais.

2.1.2 Pesquisa aplicada

A pesquisa aplicada, como o próprio nome sugere, é utilizada para a resolução de problemas específicos, ou seja, tem uma utilidade prática, e são dirigidas a problemas específicos. Ao contrário da pesquisa básica relaciona-se a problemas e interesses locais (PRODANOV; FREITAS, 2013).

2.1.3 Abordagem do problema

A forma como vai se lidar com o problema de pesquisa também é uma maneira de classificá-la, a abordagem é definida como qualitativa ou quantitativa.

2.1.4 Qualitativa

A abordagem qualitativa é aquela na qual o pesquisar analisa os fenômenos/objetos entendendo-os como inter-relacionados, sendo o ambiente sua fonte de investigação. Tal forma de pesquisa não se preocupa em ser representativa da realidade, e em geral busca focar-se em um determinado grupo/assunto (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Há uma preocupação maior com o processo ao invés do produto.

Segundo Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Essa não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 70).

As principais características das pesquisas qualitativas são:

- a) um foco na interpretação ao invés de na quantificação: geralmente, o pesquisador qualitativo está interessado na interpretação que os próprios participantes tem da situação sob estudo;
- b) ênfase na subjetividade ao invés de na objetividade: aceita-se que a busca de objetividade é um tanto quanto inadequada, já que o foco de interesse é justamente a perspectiva dos participantes;
- c) flexibilidade no processo de conduzir a pesquisa: o pesquisador trabalha com situações complexas que não permite a definição exata e a priori dos caminhos que a pesquisa irá seguir;
- d) orientação para o processo e não para o resultado: a ênfase está no entendimento e não num objetivo pré determinado, como na pesquisa quantitativa;
- e) preocupação com o contexto, no sentido de que o comportamento das pessoas e a situação ligam-se intimamente na formação da experiência;
- f) reconhecimento do impacto do processo de pesquisa sobre a situação de pesquisa: admite-se que o pesquisador exerce influência sobre a situação de pesquisa e é por ela também influenciado. (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008, p.10).

2.1.5 Quantitativa

A pesquisa quantitativa caracteriza-se por conter uma gama significativa de dados que são analisados por meio de métodos estatísticos, desde os mais simples, como percentual, média, mediana, moda até os mais complexos como análise de regressão, análise multivariada, correlações, etc. Analisa objetos quantificáveis, e tem um alcance maior, haja vista poder trabalhar com universos e/ou amostras passiveis de generalizações.

Segundo Fonseca (2002):

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quan- titativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. (FONSECA, 2002, p. 22).

Saiba Mais



Os estudos quantitativos podem ser censitários, quando se referem a toda uma população (por exemplo, Censo do IBGE) ou amostrais, ou seja, que envolvem uma parcela de determinada população. As amostras podem ser probabilísticas quando são representativas da população e, portanto, permitem generalizações a não probabilísticas, referindo-se aquelas que não foram definidas de formas a representarem adequadamente a população

Segue abaixo o quadro comparativo entre a Pesquisa Qualitativa e a Quantitativa.

FIGURA 2.2 – COMPARAÇÃO ENTRE PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA

PONTO DE COMPARAÇÃO	PESQUISA QUALITATIVA	PESQUISA QUANTITATIVA
Foco da pesquisa	Qualidade (natureza e essência).	Quantidade (quantos, quanto).
Raízes filosóficas	Fenomenologia, interação simbólica.	Posivitivismo, empiricismo, lógico.
Frases associadas	Trabalho de campo, etnografia, naturalismo, subjetivismo.	Experimental, empírico, estatístico.
Metas de investigação	Entendimento, descrição, descoberta, generalização, hipótese.	Predição, controle, descrição, confirmação, testes de hipótese.
Ambiente	Natural, familiar.	Artificial, não natural
Amostra	Pequena, não representativa	Grande, ampla
Coleta de dados	Pesquisador como principal instrumento (entrevista, observação).	Instrumentos manipulados (escala, teste, questionário, etc.).
Modo de análise	Indutivo (pelo pesquisados).	Dedutivo (pelo método estatístico).

Fonte: PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 33.

2.2 Finalidade da pesquisa

As pesquisas também são classificadas segundo a sua finalidade, ou seja, seu objetivo mais amplo, nessa categoria podem-se encontrar três ramificações: exploratória, descritiva e explicativa, essa divisão, segundo Gil (2007) refere-se ao marco teórico da pesquisa. Cabe salientar que uma pesquisa pode envolver mais de uma dessas categorias.

2.2.1 Exploratória

A pesquisa exploratória visa um maior conhecimento sobre o problema a ser estudado, ele auxilia a delimitar melhor a investigação bem como a construção de hipóteses, Gil, 2007.

A pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos. Em geral, envolve: - levantamento bibliográfico; - entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; - análise de exemplos que estimulem a compreensão. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

Segundo Andrade (2010) essa pesquisa é a etapa inicial ou preparatória para qualquer outra investigação.

2.2.2 Descritiva

As pesquisas descritivas têm como finalidade a descrição do objeto a ser estudado, elas são mais frequentemente utilizadas nas áreas das ciências humanas e sociais e são desenvolvidas, em geral, por meio de pesquisas de opinião, de mercado, levantamentos sociais, econômicos e psicológicos conforme descritos por Andrade (2010) que afirma ainda que:

Nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador. (p. 112).

2.2.3 Explicativa

Em geral as pesquisas descritivas e exploratórias precedem à explicativa, haja vista que ambas servem como base e auxílio para que a pesquisa explicativa cumpra seu papel que é de explicar o porquê, as razões, as causas de determinado fenômeno, objeto, realidade. Em geral essas pesquisas utilizamse do método experimental ou *ex-post-facto*, tais métodos serão explicados no subitem 2.2.8.

Segundo Gil (2007):

Esse tipo de pesquisa é o que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso

mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. (p. 42).

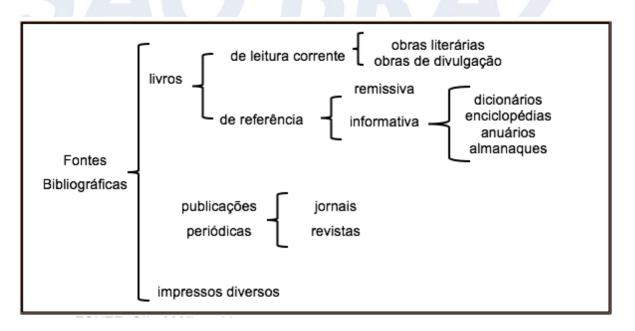
2.2.4 Procedimentos de pesquisa

Os procedimentos para a realização da pesquisa são vários e são importantes instrumentos para a realização da pesquisa, eles determinam a forma como o fenômeno/objeto/realidade vai ser analisado, como os dados e as variáveis serão coletados e analisados. Os procedimentos são vários e por vezes os pesquisadores se utilizam de um ou mais desses.

2.2.5 Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é aquela que se utiliza de materiais e fontes já produzidos, tais como livros, revistas, artigos científicos, teses, dissertações, entre outros. Boa parte das pesquisas realizadas se utilizam da pesquisa bibliográfica, contudo, podem existir pesquisas que se utilizam apenas de fontes bibliográficas. Gil (2007) explicita que essas fontes são várias e as classifica assim:

FIGURA 2.3 – CLASSIFICAÇÃO DAS PESQUISAS BIBLIOGRÁFICAS



Fonte: GIL, 2007, p. 44.

Prodanov e Freitas (2013) estabelecem o seguinte roteiro para a realização de uma pesquisa bibliográfica:

- 1) escolha do tema;
- 2) levantamento bibliográfico preliminar;
- 3) formulação do problema;
- 4) elaboração do plano provisório do assunto;
- 5) busca das fontes;
- 6) leitura do material;
- 7) fichamento;
- 8) organização lógica do assunto;
- 9) redação do texto." (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 55).

A vantagem da pesquisa bibliográfica é que ela permite obter uma gama de informações de forma bastante ampla sem muitos gastos e deslocamento. Contudo, Gil (2007) alerta que é preciso atenção ao realizá-la, haja vista que em geral ele trabalha com dados (e fontes) secundários e esses nem sempre foram coletados com o rigor metodológico necessário.

Importante



Fontes primárias são constituídas por obras ou textos originais, material ainda não trabalhado, sobre determinado assunto. As fontes primárias, pela sua relevância, dão origem a outras obras, que vão formar uma literatura ampla sobre aquele determinado assunto. (ANDRADE, 2010, p. 28)

As fontes secundárias referem-se a determinadas fontes primárias, isto é, são constituídas pela literatura originada de determinadas fontes primárias e constituem-se em fontes das pesquisas bibliográficas. (ANDRADE, 2010, p. 29).

2.2.6 Documental

A pesquisa documental é muito semelhante à pesquisa bibliográfica, elas diferem, contudo, no que se refere ao tipo de fonte utilizada, pois enquanto essa utiliza-se de fontes secundárias, a pesquisa documental foca-se nas fontes primárias, ou seja, em materiais que ainda não foram trabalhados/tratados por um pesquisador. Gil (2007) diferencia os materiais utilizados pelas pesquisas documentais em dois ramos, os de primeira e segunda mão, como se pode perceber na descrição a seguir:

FIGURA 2.4 – TIPOS DE FONTES DA PESQUISA DOCUMENTAL

Primeira mão

- Cartas;
- Diários:
- Ofício;
- Gravações;
- Fotografias;
- Memorandos:
- Atas:
- Regulamentos;
- Boletins;
- Etc.

Segunda mão

- Relatórios de pesquisa;
- Relatórios de empresas;
- Tabelas;
- Estatísticas.

Fonte: GIL, 2007.

Esse tipo de pesquisa são ricas e importantes fontes de dados, além disso seu custo é baixo e não exige contato com outros indivíduos, o que facilita a sua realização. Contudo, há críticas a esse tipo de pesquisa que residem na sua não representatividade e na subjetividade de muitos documentos, no entanto, essa última parece ser uma crítica bastante recorrente nos estudos das áreas sociais (GIL, 2007).

2.2.7 Experimental

A pesquisa experimental, segundo Prodanov e Freitas (2013) tem como objetivo analisar como e por que um determinado fenômeno foi gerado, buscando identificar quais as variáveis interferem e de que maneira interferem em sua produção (geração). Ainda conforme esses autores, "A pesquisa experimental estuda, portanto, a relação entre fenômenos, procurando saber se um é a causa do outro". (p. 57).

Tal metodologia precisa ser desenvolvida, seja em laboratório ou fora dele, a partir dessas três propriedades:

a) manipulação: o pesquisador precisa fazer alguma coisa para manipular pelo menos uma das características dos elementos estudados; b) controle: o pesquisador precisa introduzir um ou mais controles na situação experimental, sobretudo criando um grupo de controle; c) distribuição aleatória: a designação dos elementos para

participar dos grupos experimentais e de controle deve ser feita aleatoriamente; (GIL, 2007, p. 48).

Quando a pesquisa não conta com alguma dessas propriedades, ela é denominada quase-experimental. As dificuldades relacionadas a essa pesquisa inserem-se na dificuldade de manipulação e controle de determinadas variáveis, especialmente em pesquisas nas áreas sociais e psicológicas, bem como nas questões éticas. Entretanto, essas pesquisas são consideradas muito valiosas porque estabelecem relação de causa e efeito e com a existência de grupos experimentais e de controle, traz uma maior confiabilidade nos resultados.

2.2.8 Ex-post facto

A pesquisa *ex-post facto* é muito semelhante à experimental, pois procura analisar a relação entre causa e efeito, sua principal diferença está no fato de que esta analisa os fenômenos/objetos após a sua criação/produção. *Ex-post facto* significa "a partir do passado" (GIL, 2007), ou seja "[...] neste tipo de pesquisa o estudo foi realizado após a ocorrência de *variações na variável* dependente do curso natural dos acontecimentos". (p. 49, grifos autor).

A pesquisa *ex-post-facto* é utilizada quando há impossibilidade de aplicação da pesquisa experimental, pelo fato de nem sempre ser possível manipular as variáveis necessárias para o estudo da causa e do seu efeito (FONSECA, 2002, p. 32).

Esse tipo de pesquisa, ao contrário da pesquisa experimental não garante que os resultados sejam totalmente seguros no que se refere às relações entre as variáveis, levando autores a denominá-la como correlacional, haja vista que o que "se obtém nesta modalidade de delineamento é a constatação da existência de relação entre as variáveis". (GIL, 2007, p. 50).

2.2.9 Estudo de coorte

O estudo de coorte é aquele que acompanha um determinado grupo com características semelhantes por um certo período de tempo. Segundo Gil (2007)

esse pode ser caracterizado de duas formas: prospectivos (contemporâneos) ou retrospectivos, ainda segundo o autor:

O estudo de coorte prospectivo é elaborado no presente, com previsão de acompanhamento determinado, segundo o objeto de estudo. Sua principal vantagem é a de propiciar um planejamento rigoroso, o que lhe confere um rigor científico que o aproxima do delineamento experimental. O estudo de coorte retrospectivo é elaborado com base em registros do passado com seguimento até o presente. Só se torna viável quando se dispõe de arquivos com protocolos completos e organizados. (p. 50).

Esse tipo de pesquisa é bastante utilizada nas áreas da ciência da saúde. Apesar de um grande prestígio acadêmico, apresenta diversas limitações, tais como: a falta de aleatoriedade na definição do grupo (coorte) a ser acompanhado, e o fato de ser uma pesquisa onerosa, pois depende de um número significativo de pessoas, haja vista que se podem "perder" muitas ao longo da pesquisa.

2.2.10 Levantamento

O levantamento caracteriza-se por obter uma diversidade de informações sobre um determinado assunto/grupo. "Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondente aos dados coletados". (GIL, 2007, p. 50).

Os levantamentos podem ser caracterizados como censos ou amostrais, no primeiro caso é entrevista toda a população, no segundo se selecionam um determinado número de indivíduos para fazer parte da pesquisa.

As principais vantagens desse tipo de pesquisa referem-se ao fato de se permitir um conhecimento direto da realidade, é rápido e apresenta baixo custo, além de seus resultados poderem ser totalmente quantificáveis. Suas limitações têm a ver com o fato de centrar-se em respostas que são resultado da própria percepção das pessoas, e, portanto, bastante subjetivo, não conseguir aprofundar muito a temática a ser estudada e não conseguir captar modificações (GIL, 2007).

É bastante utilizado em pesquisas com consumidor, campanha eleitoral, enquadrando-se mais nos estudos descritivos.

2.2.11 Estudo de campo

Segundo Gil (2007), esse tipo de pesquisa tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre uma determinada temática, por exemplo, uma característica específica de um grupo de alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental da Escola Mariazinha em São Leopoldo.

Surgiu no âmbito da Antropologia, sendo muito comum nessa área, e atualmente bastante utilizado também na Educação, sociologia, saúde pública, administração (GIL, 2007). No estudo de campo ressalta-se a interação entre os sujeitos pesquisados sendo que o pesquisador para realizar sua pesquisa permanece um determinado tempo com o grupo/comunidade que está pesquisando. A observação é a principal ferramenta de pesquisa, mas também se utilizam análise de documentos, filmagens, fotos, etc.

Um estudo de campo tem como vantagem apresentar flexibilidade de planejamento e baixo custo, contudo é carregado de subjetivismo, uma vez que os dados são coletados e analisados apenas com o olhar de um pesquisador.

2.2.12 Estudo de caso

Segundo Santos (S/d.) o estudo de caso "Trata-se de uma modalidade de pesquisa muito específica, pois consiste no estudo profundo e exaustivo de um único objeto ou de poucos objetos (um caso particular). Depende fortemente do contexto do estudo, e seus resultados não podem ser generalizados". (p. 9).

Quanto ao estudo de caso Fonseca (2002). Afirma que o mesmo:

Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. (p. 33).

Esse tipo de pesquisa é bastante utilizado nas áreas das ciências biomédicas sociais, porém tem-se diversas objeções quanto à sua utilização,

seja pelo fato de muitos estudos desse tipo não contarem com o rigor metodológico necessário, seja pela dificuldade de generalização, pelo tempo destinado, visto que para um bom estudo de caso é necessário dispender um tempo grande de acompanhamento/observação do objeto ou dos objetos pesquisados (GIL, 2007).

2.2.13 Pesquisa-Ação

A pesquisa-ação caracteriza-se pelo fato de os pesquisadores fazerem parte, ou estarem muito envolvidos com o objeto a ser estudado. Para Fonseca (2003), esse tipo de pesquisa exige um planejamento do pesquisador quanto à sua participação frente ao objeto estudado, sendo que esse torna-se um sujeito ativo na pesquisa.

Nesse tipo de pesquisa, os pesquisadores e os participantes envolvem-se no trabalho de forma cooperativa. A pesquisa-ação não se refere a um simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação, os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.66).

Gil (2007) por sua vez alerta que esse procedimento de pesquisa tem gerado diversas polêmicas, sendo bastante criticado por sua falta de objetividade. Contudo, ela "[...] vem sendo reconhecida como útil sobretudo por pesquisadores identificados por ideologias 'reformistas' e 'participativas'". (p. 55).

2.2.15 Pesquisa participante

A pesquisa participante é muito semelhante à pesquisa-ação, pois em ambas o pesquisador tem interação/relação com o objeto a ser estudado, chegando alguns autores a empregar tais expressões como sinônimas. Porém, para Gil (2007) elas se diferenciam, pois:

[...] a pesquisa-ação geralmente supõe uma forma de ação planejada, de caráter social, educacional, técnico ou outro (THIOLLENT, 1985). A pesquisa participante, por sua vez, envolve a distinção entre ciência popular e ciência dominante. [...]. A pesquisa participante envolve posições valorativas, derivadas sobretudo do humanismo cristão e de certas concepções marxistas. (p. 56).

As críticas são bem semelhantes àquelas realizadas para a pesquisa-ação.

A realização de uma pesquisa científica não é algo fácil e para ter validade precisa ser bem delineado. O tipo de pesquisa, os métodos de coleta de dados e as formas como você vai interpretar esses dados são elementos essenciais para garantir o sucesso da pesquisa e seu reconhecimento em âmbito acadêmico. Uma pesquisa cujos procedimentos não são bem definidos pode inviabilizar sua execução, por isso estudar os tipos de pesquisa é essencial.

Resumo da aula 2

Nesta aula foram evidenciados os tipos de pesquisa e como elas podem ser classificadas (de acordo com a natureza da pesquisa: básica ou aplicada, pela forma de abordagem do problema, qualitativo ou quantitativo). Abordaramse também as divisões das pesquisas quanto a sua finalidade (podendo denominar-se como exploratória, descritiva ou explicativa) e quanto aos seus procedimentos, ao quais são classificados como pesquisa: bibliográfica, documental, experimental, ex-post facto, estudo de coorte, levantamento, estudo de campo, estudo de caso, pesquisa-ação e pesquisa participante.

Atividade de Aprendizagem



Escolha um dos métodos de procedimentos e pesquise mais sobre ele, descrevendo sua forma de utilização, passos, requisitos, etc.

Aula 3 - Os trabalhos acadêmicos/científicos

Apresentação da aula 3

Nesta aula serão abordados os tipos de trabalhos acadêmicos e científicos, bem como os tipos de trabalhos que você provavelmente irá utilizar durante o seu curso de Pós-graduação. Serão evidenciados os modos de estudar, formas de fazer leituras e de organizar os conhecimentos estudados.

3. Os trabalhos acadêmicos/científicos

3.1 Leitura

Qualquer pesquisa para ser bem-sucedida implica necessariamente leitura, mesmo quando você faz estudos de caso, campo, coorte, levantamento. Na verdade, para poder formular seu problema, você precisa ter conhecimento da área e isso se faz por meio de leitura. Contudo, não de uma leitura qualquer, comum, como aquela que você faz quando lê o jornal ou mesmo os posts dos colegas no *facebook*. A leitura acadêmica exige rigor, exige concentração, estudo, compreensão, interpretação.

Segundo Prodanov e Freitas (2013) uma leitura para auxiliar em trabalhos acadêmicos deve ser composta por quatro passos:

FAC SÃ - Leitura prévia ou pré-leitura: procuramos o índice ou o sumário, lemos o prefácio, a contracapa, as "orelhas" do livro, os títulos e subtítulos, pesquisando a existência das informações desejadas. Através dessa primeira leitura, fazemos uma seleção das obras que serão examinadas mais detidamente. - Leitura seletiva: o objetivo dessa leitura é verificar, mais atentamente, as obras que contêm informações úteis para o trabalho. Fazemos uma leitura mais detida dos títulos, dos subtítulos, do conteúdo das partes e dos capítulos, procedendo, assim, a uma nova seleção. - Leitura crítica/analítica: agora a leitura deve objetivar a intelecção do texto, a apreensão do seu conteúdo, que será submetido à análise e à interpretação. - Leitura interpretativa: entendido e analisado o texto, procuramos estabelecer relações, confrontar ideias, refutar ou confirmar opiniões. (p. 80).

É importante que ao ler um texto você vá grifando/destacando palavras e/ou frases mais importantes e anotando ao lado do texto elementos principais. Esse tipo de ação vai ajudá-lo na compreensão do texto e posteriormente na utilização das ideias do autor. Para guardar os elementos mais importantes de um texto existem várias técnicas, tais como resumo, resenha, esquema, fichamento.

3.2 O Resumo

Um resumo, segundo definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2003) é uma forma de apresentar de maneira sucinta as principais ideias de um texto/documento.

Segundo orientações dessa Associação:

3.1 O resumo deve ressaltar o objetivo, o método, os resultados e as conclusões do documento. [...]. 3.3 O resumo deve ser composto de uma sequência de frases concisas, afirmativas e não de enumeração de tópicos. Recomenda-se o uso de parágrafo único. 3.3.1 A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento. (ABNT, 2003, p. 2).

Os **resumos** não podem ser muito grandes e não podem conter citações literais. Segundo Prodanov e Freitas (2013) os resumos são classificados de acordo com sua finalidade, podendo ser um: resumo indicativo ou descritivo; resumo informativo ou analítico, resumo crítico e resumo técnico de trabalho científico.

a) Resumo indicativo ou descritivo

Este resumo tem como objetivo indicar ou descrever as principais ideias de um texto, ele não dispensa a leitura integral do documento, mas auxilia a saber do que se trata expondo suas principais ideias.

A redação deve contemplar a concisão (as ideias bem-expressas com um mínimo de palavras), a precisão (seleção das palavras adequadas para expressão de cada conceito) e clareza (estilo fácil e transparente). Os resumos devem vir sempre acompanhados da referência da publicação. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 147).

b) Resumo informativo ou analítico

O resumo informativo ou analítico já é um pouco mais completo que o citado anteriormente, ele traz dados sobre objetivo, metodologia, conclusão do documento ou obra analisado. Segundo Prodanov e Freitas (2013) para ser bem feito esse resumo precisa:

[...] apresentar, de maneira sucinta, o assunto da obra; não apresentar juízos críticos ou comentários pessoais; respeitar a ordem das ideias e dos fatos apresentados; empregar linguagem clara e objetiva; evitar a transcrição de frases do original; apontar as conclusões do

autor; dispensar consulta ao original para a compreensão do assunto. (p. 148).

c) Resumo crítico

O resumo crítico difere-se dos demais, pois permite a opinião do autor do resumo, além é claro de apresentar as ideais concisas do texto. Eles permitem uma extensão maior que os demais resumos.

d) Resumo técnico de trabalho científico

Esses resumos são os utilizados antes de trabalhos acadêmicos, tais como monografias, trabalhos de conclusão de curso, teses, dissertações e artigos. Esses resumos devem ser acompanhados de **palavras-chave**, que em geral são três. Ele deve ser capaz de comunicar ao leitor todas as principais informações em relação ao trabalho que se vincula. Conforme Prodanov e Freitas (2013):

Atendo-nos à ideia central do trabalho, esse tipo de resumo deve começar informando qual a natureza do trabalho, indicar o objeto tratado, os objetivos visados, as referências teóricas de apoio, os procedimentos metodológicos adotados e as conclusões/os resultados a que chegamos no texto. (p. 149).

Vocabulário



Palavras-chave: palavras representativas do conteúdo do documento, escolhidas, preferentemente, em vocabulário controlado. (ABNT, 2003, p. 1).

3.3 Resenha

Uma resenha apesar de parecer-se com um resumo é mais amplo que aquele, além disso, exige o posicionamento do autor em relação ao documento resenhado, alguns autores comentam que a resenha assemelha-se a um resumo crítico. Segundo Prodanov e Freitas (2013) as resenhas podem ser classificadas

como críticas ou descritivas, a principal diferença entre elas está no fato de que enquanto a resenha crítica deve conter a opinião de quem escreve, a descritiva não.

A resenha crítica deve tentar responder as seguintes perguntas:

- Qual o tema tratado pelo autor? - Qual o problema que ele aborda? -Qual a posição defendida pelo autor com relação ao problema ou assunto? - Quais os argumentos centrais e complementares utilizados pelo autor para defender sua posição? - A resenha deve abranger as seguintes informações: - referência: autor(es); título; local da edição, editora e data; número de páginas; - credenciais do autor: informações gerais sobre o autor e sua qualificação acadêmica, títulos, cargos exercidos e obras publicadas; - resumo da obra: resumo das ideias principais, descrevendo, de forma sucinta, o conteúdo da obra; conclusão do autor: o autor apresenta (ou não) conclusões? Caso apresente, quais são elas? Onde se encontram (no final da obra ou no final dos capítulos?); - quadro de referências do autor: a que corrente de pensamento o autor se filia? Que teoria ou modelo teórico apoia seu estudo? - crítica do resenhista: como se situa o autor da obra em relação às correntes científicas? Quanto ao mérito da obra, qual a sua contribuição? Quanto ao estilo, é conciso, objetivo, claro, coerente, preciso? A linguagem é correta, adequada? A forma é lógica, sistematizada? Utiliza recursos explicativos e ilustrativos? A quem se destina a obra? (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.153).

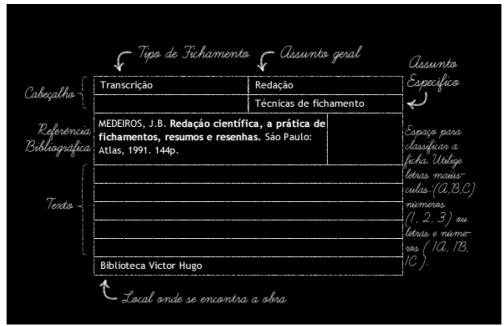
Para os mesmos autores a resenha descritiva precisa conter:

[...] - referência: autor (ou autores); título completo da obra (ou do artigo); edição, local e data de publicação, editora e número de volumes e páginas; - dados sobre o autor; - resumo do conteúdo da obra: apresenta os pontos essenciais do texto e o ponto de vista adotado pelo autor (perspectiva teórica, gênero, método, tom etc.). - a referência completa da obra (autor, título, edição, local, editora, data e número de páginas); - o conteúdo da obra (o que ela contém). (p. 154, grifos autor).

3.4 Fichamento

O fichamento é uma forma de trabalho acadêmico que recebe esse nome porque é feito em fichas, ele é muito utilizado nas pesquisas bibliográficas e documentais. Segundo Prodanov e Freitas (2013), o fichamento se assemelha muito a um resumo, a principal diferença entre eles está na formatação. "O fichamento permite que você reúna as informações necessárias e úteis à elaboração do texto da revisão" (MORESI, 2003, p. 38). Em geral os fichamentos contêm cabeçalho, referências e texto.

FIGURA 3.1 - MODELO DE FICHAMENTO

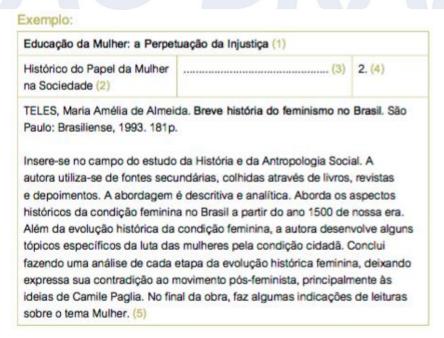


FONTE: OBJETOSEDUCACIONAIS (S/d).

Conforme Prodanov e Freitas (2013) existem três tipos de fichamentos, sendo classificados como:

Bibliográfico: o qual contêm as informações relativas à identificação da obra e que descreve as principais ideais do texto.

FIGURA 1 – MODELO DE FICHAMENTO BIBLIOGRÁFICO



Fonte: (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 136).

Citações: Nesse tipo de ficha constam partes das obras que você pode utilizar posteriormente, geralmente são usadas citações literais.

Vocabulário



Citação: é a transcrição ou a menção de obras ou partes de obras ou outros documentos. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 95).

Citação direta: é quando reproduz-se literalmente a ideia do autor.

Citação indireta ou paráfrase: é quando utilizam-se as ideias do autor, mas as descreve com suas próprias palavras.

FIGURA 2 – MODELO DE FICHAMENTO DE CITAÇÕES

Exemplo:

Educação da Mulher: a Pe	erpetuação da Injustiça (1)	
Histórico do Papel da Mulher na Sociedade (2)	(3)	2. (4)
TELES, Maria Amélia de A Paulo: Brasiliense, 1993. 1	Imeida. Breve história do feminismo r 81p.	no Brasil. São
defendeu a abolição da es	inistas do Brasil, Nísia Floresta Bra scravatura, ao lado de propostas con re a instauração da República" (p. 30	no a educação e
Camde. Meu irmão, Antô tempo no Serviço Secreto junho de 1962, eu tinha re parte de um trabalho meu vigário disse assim: 'Mas a a coisa está muito ruim e estaremos perdidos. A m homem é objetivo''' (BAST	comum os assassinos de mulheres se	hando há muito lesse dia, 12 de lias ao todo. Era Paz. Nesse dia o nta nada porque se meterem, nós tiva, enquanto o

Fonte: (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 138).

➤ Resumo ou conteúdo: Nesse tipo de fichamento o autor elabora um resumo do texto com suas próprias palavras, não há necessidade de ter a mesma sequência da obra.

FIGURA 3 – MODELO DE FICHAMENTO DE CONTEÚDO

Exemplo: Educação da Mulher: a Perpetuação da Injustiça (1) 2. (4) Histórico do Papel da Mulher na Sociedade (2) TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993, 181p. O trabalho da autora baseia-se em análise de textos e na sua própria vivência nos movimentos feministas, como um relato de uma prática. A autora divide seu texto em fases históricas compreendidas entre Brasil Colônia (1500-1822), Império (1822-1889), República (1889-1930), Segunda República (1930-1964), Terceira República e o Golpe (1964-1985), o ano de 1968, Ano Internacional da Mulher (1975), além de analisar a influência externa nos movimentos feministas no Brasil. Em cada um desses períodos, são lembrados os nomes das mulheres que mais se sobressaíram e suas atuações nas lutas pela libertação da mulher. A autora trabalha ainda assuntos como as mulheres da periferia de São Paulo, a participação das mulheres na luta armada, a luta por creches, a violência, a participação das mulheres na vida sindical e nas greves, o trabalho rural, a saúde, a sexualidade e os encontros feministas. Depois de suas conclusões, onde, entre outros assuntos tratados, faz uma crítica ao pós-feminismo defendido por Camile Paglia, indica alguns livros para leitura. (5)

Fonte: (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 138).

3.5 Paper

O paper diferente do resumo, resenha ou mesmo dos fichamentos é um trabalho do próprio autor, que ele realiza com bases em seus estudos e pesquisas. Prodanov e Freitas (2013) afirmam que um *paper* é um pequeno artigo científico que é muito utilizado para inscrever trabalhos em congressos, os autores, salientam ainda que:

O paper é: uma síntese de suas descobertas sobre um tema e seu julgamento, sua avaliação, interpretação sobre essas descobertas; um trabalho que deve apresentar originalidade quanto às ideias; um trabalho que deve reconhecer as fontes que foram utilizadas; um

trabalho que mostra que o pesquisador é parte da comunidade acadêmica. (p. 162, grifos do autor).

Um *paper* deve conter introdução, desenvolvimento e conclusão. Nele o autor desenvolve um tema de seu interesse, podendo utilizar citações para embasar suas discussões.

3.6 Artigo científico

Um artigo científico é uma forma de apresentação de resultados de pesquisa, ele geralmente é muito utilizado como substituto às chamadas monografias como requisito de conclusão de cursos superiores, seja em nível de graduação ou pós-graduação. É a forma mais típica de publicações em periódicos ou revistas acadêmicas. Eles têm a vantagem de comunicarem as principais ideias, contudo sem grande aprofundamento, haja vista que, tem uma extensão que varia entre quinze a vinte páginas.

Os artigos em geral contam com título, identificação do autor (Nome, instituição), resumo, palavras-chave e o próprio texto do artigo o qual deve ser estruturado com introdução, desenvolvimento e conclusão, além é claro das referências bibliográficas. No desenvolvimento do trabalho é necessário apresentar a metodologia do trabalho e dialogar com autores de referência da área/tema estudado. Ele difere do *paper* por ser mais amplo e detalhado.

Segundo as normas da ABNT artigo científico é "parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento." (2003, p. 2).

Saiba Mais



O SCIELO (Scientific Eletronic Library Online), é um dos principais diretórios de artigos acadêmicos/científicos, nele estão reunidas diversas publicações das principais revistas nacionais e internacionais. Nesse site é possível encontrar vários artigos, é só entrar e pesquisar.

3.7 Projeto de pesquisa

Um projeto de pesquisa, como o próprio nome já diz é o que antecede a realização de uma pesquisa, ele vai ser o orientador do trabalho. Nele vai se definir o tema, a justificativa, problema, objetivos, metodologia, uma pequena revisão bibliográfica sobre o tema estudado, além do cronograma e da definição dos custos para a realização da pesquisa.

Em geral ele é utilizado nos cursos de graduação como primeiro passo para pensar um projeto de conclusão de curso, também é muito solicitado para processos seletivos de mestrado e doutorado.

3.8 Monografia

As monografias em geral, são a forma mais utilizada para trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação *latu sensu*.

Segundo Prodanov e Freitas (2013):

O trabalho monográfico caracteriza-se mais pela unicidade e delimitação do tema e pela profundidade do tratamento do que por sua eventual extensão, generalidade ou seu valor didático. (p. 155).

3.9 Dissertação

A dissertação é a produção intelectual apresentada por um estudante de mestrado ao fim do seu curso, ela se caracteriza por ser um trabalho investigativo que traz uma reflexão/olhar do autor sobre o assunto a ser estudado.

A dissertação, que, no sentido etimológico de origem grega, significa dis (prefixo indicador de separação e afastamento) e sertare (ajuntar, ligar, entrelaçar), designa um estudo teórico, de natureza reflexiva, o qual consiste na ordenação de ideias sobre determinado tema. Exige, por isso, a capacidade de sistematização dos dados coletados, sua ordenação e interpretação. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 171).

3.10 Tese

Uma tese é o trabalho resultante dos estudos de doutorado, ele difere-se da dissertação por ser um trabalho mais amplo e exigir um aprofundamento teórico maior, além do fato de que esse precisa apresentar certa originalidade.

Conforme Prodanov e Freitas (2013): "A originalidade não significa um tema nunca antes estudado; ao contrário, devemos observar, em relação ao que já foi escrito, aquilo ou algo que não foi dito ainda, aparecendo, assim, o seu sentido de ineditismo" (p. 173).

A elaboração de uma tese e sua aprovação em banca pública é requisito para a obtenção do título de doutor ou doutora em uma determinada área do saber.

3.11 Conclusão da aula

Estudar não é uma tarefa fácil, exige rigor, concentração, estudo, leitura e muita dedicação. Ler livros, frequentar as aulas é muito importante, mas a aprendizagem só se concretiza quando conseguimos refletir sobre o que lemos/estudamos e somos capazes de relacionar com outros saberes que temos, você precisa fazer a sua parte. Então, vamos estudar?

Resumo da aula 3

Nesta aula discutiu-se a importância da leitura e que existem tipos diferentes de leitura e que no âmbito acadêmico, ler significa muito mais do que um lazer, mas é uma atividade necessária ao processo de ensino/aprendizagem. Apresentaram-se também diversas técnicas de estudos e formas de trabalhos acadêmicos, diferenciando resumos, resenhas, *paper*, artigos, dissertações, tese, etc.

Atividade de Aprendizagem



Faça um fichamento bibliográfico e de citações dessa aula.

Aula 4 - As normatizações na pesquisa científica

Apresentação da aula 4

Nesta aula serão abordadas as normatizações exigidas em trabalhos acadêmicos, as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), elas são formas de padronizar os trabalhos acadêmicos e, é isso que você conhecerá nessa aula.

4. As normatizações na pesquisa científica

As normatizações visam padronizar as principais regras para os trabalhos acadêmicos, os quais são embasados nas regras ABNT. A ABNT tem normas, contudo as instituições podem adequá-las ao seu padrão. As normas não precisam ser decoradas, mas necessitam que as suas lógicas sejam entendidas.

4.1 Formatação

Quando falamos em formatação de trabalhos acadêmicos, estamos nos referindo ao tamanho da folha, margens, tamanho da letra, espaçamento, etc, Além dos elementos que devem conter em um trabalho. Vamos começar pela formatação da folha, em geral, recomenda-se que os trabalhos acadêmicos sejam feitos em folha branca A4 - 21,0 cm x 29,7 cm - (que é o tamanho da folha sulfite que em geral utiliza-se) paisagem, com as seguintes margens:

> superior: 3 cm;

inferior: 2 cm;

> esquerda: 3 cm;

> direita: 2 cm.

O texto deve ser escrito com fonte tamanho 12 e com espaçamento entre linhas 1,5 entre as linhas. Recomenda-se a utilização da fonte **Arial** ou **Times New Roman**, citações e títulos recebem uma formatação diferenciada.

Aconselha-se que os trabalhos acadêmicos sejam escritos com linguagem formal e impessoal, na 3ª pessoa do singular. Deve-se evitar a

utilização da 1ª pessoa, seja do plural ou do singular. Os parágrafos devem iniciar-se com recuo de 1,25 cm da margem esquerda.

Os trabalhos acadêmicos, especialmente as monografias, relatórios de estágio, projetos de pesquisa devem conter:

a) Capa: a capa é a primeira página do trabalho e identifica seu objetivo, o autor, a instituição, a cidade e a data.

INSTITUIÇÃO

NOME DO AUTOR(ES)

TÍTULO DO TRABALHO

CIDADE ANO



Todas as informações da capa devem ser escritas com letras maiúsculas, sem negrito, centralizado, fonte Arial ou Times News Roman, 12.

- b) Folha de rosto: a folha de rosto complementa as informações da capa, sendo que nessa não é necessário constar o nome da instituição na parte superior, contudo, deve explicitar:
 - a natureza do trabalho (monografia, relatório, tese), bem como seu objetivo (conclusão de disciplina, aprovação em curso, etc.);
 - nome da instituição, área e tipo de curso. Caso haja orientação deve se informar o título e o nome do orientador. No final da página deve conter o nome da cidade e o ano.

NOME DO AUTOR

TÍTULO DO TRABALHO

Trabalho de conclusão de curso apresentado como pré-requisito a obtenção do diploma de graduação no curso de Pedagogia da Faculdade São Braz.
Orientação: Profa. Gabriela Schneider

CIDADE ANO



Na contracapa as informações natureza do trabalho (monografia, relatório, tese), bem como seu objetivo (conclusão de disciplina, aprovação em curso, etc.), devem ser escritas com fonte Arial, tamanho 10; espaçamento entre linhas simples; sem negrito e parágrafo 6cm.

- c) Errata (opcional): A errata não é obrigatória, é usada para informar um erro constante no trabalho;
- d) Folha de Aprovação (obrigatória): Essa folha só é obrigatória em trabalhos que vão ser submetidos a bancas públicas, o que acontece com monografias, dissertações e teses. Na folha de aprovação constam os nomes das pessoas que avaliaram o trabalho, bem como sua situação, aprovado ou reprovado.
- e) Dedicatória (opcional): a dedicatória é o espaço no qual o autor pode agradecer as pessoas que lhe ajudaram na escrita/elaboração do trabalho e a aplicabilidade da mesma poderá variar conforme a formatação adotada pela.
- f) Resumo na língua vernácula (obrigatório): esse é obrigatório em monografias, dissertações e teses e procura sintetizar as principais ideias do texto, sendo acompanhado de palavras-chave. Não tem espaçamento e nem parágrafo.

- g) Resumo em língua estrangeira (obrigatório): é a tradução do resumo acima para uma língua diferente daquela que o trabalho foi escrito, mas vale atentar-se que algumas instituições não o tem como quesito obrigatório e a aplicabilidade do mesmo poderá variar conforme a formatação adotada pela.
- h) Lista de ilustrações, tabelas, abreviações, siglas (opcional): são listas com os títulos das ilustrações, tabelas, siglas ou abreviações, são usadas quando o trabalho contém muito de um desses elementos;
- i) Sumário (obrigatório): é a organização do trabalho em seção, subseção, contendo a página e o título dessas. O sumário auxilia na localização dos elementos presentes em um texto, mas vale atentar-se que algumas instituições não o tem como quesito obrigatório e a aplicabilidade do mesmo poderá variar conforme a formatação adotada pela.

Tipo de sumário, observe:

SUMÁRIO

NTRODUÇÃO21
PORTAS, JANELAS, COMPUTADORES E LIVROS: O QUE A JUSTIÇA SOCIAL TEM A VER COM ISSO?30
1.1. IDENTIFICANDO ALGUMAS CONCEPÇÕES DE JUSTIÇA SOCIAL31
1.1.1 John Rawls e a justiça como equidade
1.1.2 Ronald Dworkin e a igualdade de recursos
1.1.3 Michael Walzer e as esferas da justiça
1.1.4 Amartya Sen e a redução das desigualdades
1.2. UMA TEORIA DA JUSTIÇA SOCIAL PARA PENSAR AS CME DAS
ESCOLAS53
E EM BUSCA DE JUSTIÇA SOCIAL NAS ESCOLAS: A UNIÃO PODE AJUDAR?60
2.1. AS CONDIÇÕES MATERIAIS E O ORDENAMENTO JURÍDICO 68
CONDIÇÕES MATERIAIS E ESTRUTURAIS DA ESCOLA: QUAL SITUAÇÃO?81
3.1. O QUE TEMOS E O QUE NÃO TEMOS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS? ANÁLISE DOS INDICADORES E DO ÍNDICE DE CONDIÇÕES MATERIAIS
DA ESCOLA 84
3.1.1 O Îndice de Condições Materiais da Escola: um retrato

A ABNT (2011) descreve esses elementos como pré-textuais porque eles antecedem o texto do trabalho propriamente dito. Seguem-se a esses elementos os textuais que são compostos por:

- ➢ Introdução: é a parte do trabalho que apresenta o problema, a justificativa e os objetivos do trabalho, as hipóteses, além de descrever como está organizada (estrutura) do texto. Ex: "No capítulo 1, vamos abordar sobre a importância da metodologia nos cursos de graduação".
- Desenvolvimento: O desenvolvimento pode ser dividido em vários capítulos, pois deve conter uma revisão de literatura sobre o tema, metodologia, os dados coletados.
- Considerações Finais (Conclusão): A conclusão é o espaço no qual o autor retoma o seu problema e sintetiza as considerações a respeito dele. Nessa parte o autor analisa se os resultados encontrados refutam ou validam suas hipóteses, enfim, é o fechamento do trabalho que apresenta as considerações do autor sobre o tema.

Ainda compõem um trabalho acadêmico os elementos pós-textuais que são aqueles que aparecem após o texto propriamente dito, são esses:

- Referências (obrigatório): As referências são todas as fontes consultadas e citadas no trabalho. Logo veremos como referenciar suas leituras:
- Apêndice (opcional): O apêndice refere-se a um documento, formulário, pesquisa produzido pelo próprio autor e que não era essencial ao texto, mas busca complementar esse (PRODANOV, FREITAS, 2013).
- Anexo (opcional): O anexo em termos de material é semelhante ao apêndice, contudo ele não é de produção do próprio autor.

Os anexos constituem-se em suportes para fundamentação, comprovação, explicação e ilustração do texto. São elementos não elaborados pelo autor. Devem ser destacados do texto para evitar uma ruptura em sua sequência e continuidade. Sua paginação é

progressiva e deve dar seguimento à do trabalho. (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 214).

Tanto os anexos como apêndices devem ser identificados com números e apresentar a descrição logo após a letra.

Exemplo:

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

APÊNDICE B – FOTOGRAFIA

ANEXO A – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ANEXO B – MANUAL DE NORMAS DA ABNT

Os trabalhos podem ser organizados em capítulos, seções, subseções, sendo que os títulos desses são classificados em ordem hierárquica e devem ter formatação própria, conforme você pode ver no exemplo a seguir:

- **1. TÍTULO PRINCIPAL** (Esse deve ser escrito em maiúsculo com letra 12 e negrito, justificado);
- 1.1. TÍTULO SECUNDÁRIO (Esse é escrito em letras maiúsculas, letra 12, justificado);
- 1.1.1 Título terciário (Escrito somente com a primeira letra maiúscula, letra 12, justificado);
- 1.1.1.1 Título quartanário (Escrito somente com a primeira letra maiúscula, letra 12, justificado).

Esses títulos, compõem o Sumário do trabalho, você pode utilizar a vinculação automática dos títulos ao sumário, facilitando muito o seu trabalho.

Importante



Os títulos e os subtítulos devem estar separados do texto que os sucedem por um espaçamento de duas linhas.



Não se deve colocar uma seção (título) seguida de uma subseção ou outra seção sem ter um texto entre eles.

Abreviações e Siglas: todas as abreviações e siglas devem ser precedidas por seu nome extenso. Abaixo exemplificamos o uso de siglas e abreviações.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) exige que a primeira vez que uma sigla aparece ela deve ser precedida por seu nome por extenso. Veja o exemplo: "o Paraná (PR) é um dos estados da região Sul. O PR faz divisa com Santa Catarina (SC) e São Paulo (SP)".

4.2 Tabelas, quadros, gráficos, ilustrações, figuras

As Tabelas são uma forma de representação de informações, em geral, quantitativas que são utilizadas para facilitar a visualização e o entendimento por parte do leitor.

Tabelas são conjuntos de dados numéricos, associados a um fenômeno, dispostos numa determinada ordem da classificação. Expressam as variações qualitativas e quantitativas de um fenômeno. A finalidade básica da tabela é resumir ou sintetizar dados de maneira a fornecer o máximo de informações num mínimo de espaço. São elementos demonstrativos de síntese, que constituem unidade autônoma (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 208).

Em termos de formatação, as tabelas devem seguir o seguinte padrão:

➤ Na parte superior da tabela deve constar o título da tabela, esse deve ser escrito com letra maiúscula, tamanho 10, espaçamento entre linhas simples.

As tabelas devem:

usar fonte tamanho 10, espaçamento simples;

- > ser numeradas;
- são abertas, ou seja, não possuem linhas laterais;
- na parte inferior da tabela deve constar a fonte e caso a tabela tenha sido elaborada pelo autor, na fonte o mesmo deve se indicar.

Segue abaixo um exemplo de tabela:

TABELA 1- TOTAL DE *LAPTOPS* ENTREGUES E MATRÍCULAS NO EF E EM, SEGUNDO A REGIÃO, 2010-2011.

	Estadual		Municipal			
	Laptops entregues	Matrícula EF_EM	<i>Laptopsl</i> Matrículas	<i>Laptops</i> entregues	Matrícula EF_EM	Laptops/ Matrículas
Norte	14.833	1.718.365	0,86%	10.840	1.965.237	0,55%
Nordeste	22.639	3.405.490	0,66%	13.816	6.375.814	0,22%
Centro- Oeste	6.140	1.451.115	0,42%	6.324	942.056	0,67%
Sudeste	5.914	7.061.517	0,08%	16.134	5.263.551	0,31%
Sul	8.770	2.558.958	0,34%	9.286	1.848.725	0,50%

FONTE: MEC/PAINEL DE CONTROLE (2014); CENSO ESCOLAR (2011).

Os quadros, assim como as tabelas são uma forma de representação das informações, contudo, enquanto esses destinam-se a dados quantitativos, os quadros são mais utilizados para informações qualitativas. A formatação é bem semelhante ao da tabela, com a diferença de que os quadros são fechados, ou seja, possuem linhas laterais.

QUADRO 1 - PERFIL DAS POLÍTICAS FEDERAIS PARA AS CONDIÇÕES MATERIAIS DA ESCOLA

Programa/Ação	Nível/ Etapa/	Localização		Tipo de assistência	
		Urbana	Rural	Técnica	Financeira
Luz para todos	Ensino Fundamental e Médio	Х	Х	Х	
Fornecimento de água	Ensino Fundamental e Médio	Х	Х	Х	
Territórios Etnoeducacionais	Educação Básica Indígena		Х	Х	Х
Educação Quilombola	Educação Básica Quilombola		Х	Х	Х

Fonte: FNDE (2012a); MEC (2012); GUIA PROGRAMAS PAR (2009); elaborado pela autora.

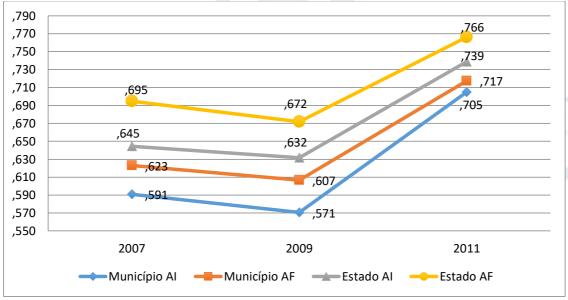


Quando os dados das tabelas e gráficos foram organizados e/ou coletados pelo próprio autor, coloca-se na fonte a informação: elaborado pela autora, ou mesmo, dados trabalhados pelo autor.

Os gráficos são formas de representação de dados por meio de imagem, eles servem para facilitar a visualização de um grande número de dados. Esses são numerados com algarismos arábicos, sendo o título localizado na parte superior do gráfico e na parte inferior seguem os dados da fonte.

Exemplo de gráfico:

GRÁFICO 1 - MÉDIA PARA O ICME NAS ESCOLAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL, 2007, 2009, 2011.



FONTE: CENSO/PROVA BRASIL, 2007, 2009, 2011.

As ilustrações ou figuras referem-se a fotos, esquemas, mapas. Essas podem ser denominadas de figura e seguem a mesma norma de formatação das tabelas e gráficos, sendo também numeradas por algarismos arábicos, com fonte tamanho 10, espaçamento entre linhas simples, na parte inferior da tabela é apresentada a fonte, e os títulos são escritos sempre em maiúsculo.

4.3 Citações

Um trabalho acadêmico procura estudar um tema, uma problemática, todavia esse sempre apresenta relações com outros temas e muitas vezes já foi analisado, estudado, pesquisado, ainda que com fontes, procedimentos de

pesquisa diferenciados. Temos muitas informações e mesmo conhecimentos que já foram produzidos e quando resolvemos estudar um tema não precisamos começar do zero, devemos nos apropriar do que já foi escrito sobre o tema. A apropriação no meio acadêmico, entretanto, não pode ser feita de qualquer forma, ela tem regras e normas que são extremamente importantes, inclusive para evitar o que se denomina de **Plágio**.

Vocabulário



Plágio: significa copiar ou assinar uma obra com partes ou totalmente reproduzida de outra pessoa, dizendo que é sua própria.

O plágio pode ser de qualquer natureza, como em livros, música, obras, fotografias, trabalhos, e etc. O plágio ocorre quando um indivíduo copia o trabalho de alguém e não coloca os créditos para o autor original.

A utilização das ideias, informações, conclusões de outro pesquisador é permitida, desde que devidamente referenciada, o que se convencionou chamar de citação. Existem 2 tipos principais de citação: direta e a indireta.

Uma citação é direta quando você reproduz literalmente o que outra pessoa escreveu sobre o tema; Já a citação indireta, também conhecida como paráfrase é quando você se utiliza das ideias do autor sem, contudo, manter as mesmas palavras. Em ambos os casos você precisa dar crédito ao autor que está lhe embasando, nas citações diretas a referência ao autor é feita da seguinte maneira:

SOBRENOME DO AUTOR, ANO DA OBRA, PÁGINA.

Exemplo: (SOUZA, 2010, p. 1).

As citações diretas quando possuem menos de três linhas podem ser incorporadas ao texto, sendo precedidas e encerradas com aspas ("Texto"),

quando possuem mais de três linhas devem ser escritas com fonte tamanho 10, espaçamento entre linhas simples, com recuo de 4cm da margem esquerda.

Observe alguns exemplos de citações diretas:

A citação direta (curta) "[...] deve estar contida entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação". (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 192). Ainda segundo os mesmos autores a citação longa "[...] no texto, com mais de três linhas, deve ser destacada com recuo de 4 cm da margem esquerda, com fonte menor que a do texto, no tamanho 10, sem as aspas e com espacejamento simples entrelinhas" (p. 193). O outro tipo de citação é a indireta que:

[...] conforme NBR 10520, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (2002), é um texto baseado na obra do autor consultado. É uma paráfrase ou um comentário sobre a ideia de um autor. Acrescentamos, entre parênteses, o sobrenome do autor, em versal, e o ano; a indicação da (s) página (s) consultada (s) é opcional. Sugerimos não indicar o(s) número(s) da(s) página(s) consultada(s), para que não ocorra relação indevida com a citação direta. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 195).

No caso das citações indiretas não é necessário definir a página, apenas mencionar que a ideia que você está desenvolvendo foi baseada no autor. Ao se referir aos autores é necessário lembrar de regras de formatação, sendo que se apresenta um autor pelo seu sobrenome. Esse deve ser escrito com letras maiúsculas quando entre parênteses, mas quando for fora não é necessário. Quando há no texto dois ou três autores, coloca-se os sobrenomes dos dois, separados por ponto e vírgula (;), se tiver mais de quatro autores, utilize um dos sobrenomes, seguido por et. al., que indica que o texto foi escrito pelo autor que você citou e vários outros. Observe os exemplos:

a) Citação direta com um autor;

Segundo André (1997) "[...] o interesse de Walzer pela 'igualdade complexa' o leva a concluir que é necessário que o Estado proteja os limites entre as esferas, porém que não intervenha dentro delas" (p. 252, tradução nossa).



Observe que o sobrenome está fora do parêntese e por isso só a primeira letra está em maiúsculo, a citação é curta e por isso está entre aspas. No texto do autor havia aspas, quando isso acontece, na citação você deve utilizar aspas simples ("). Por fim você deve ter percebido que após a página está escrito "tradução nossa", é a indicação de que o texto estava em outra língua e você fez a tradução. Sugere-se colocar em nota de rodapé o texto na língua de origem.

b) Citação indireta um autor;

A teoria de Walzer (2003) é pensada para um momento histórico próprio e, por isso, na formulação dos princípios de justiça não há uma fórmula.

c) Citação direta com mais de um autor;

Gouveia e Souza (2014) ao analisarem indicadores referentes às condições de qualidade na escola dizem que é possível perceber "[...] insuficiências no ritmo de manutenção dos prédios e equipamento" (p. 35).

[...] a construção de indicadores, desde que atenda os princípios de objetividade, mensurabilidade, compreensibilidade, comparabilidade e custo, constitui um vasto campo de possibilidades a ser explorado pela criatividade dos avaliadores de políticas. (ALVES; PASSADOR, 2011, p. 47).



As reticencias entre colchetes [...] indicam que a frase não iniciou ali, ou seja, o no texto original (do autor) frase/parágrafo não começava no ponto que se iniciou a citação. Tal recurso pode ser utilizado no começo, no fim da citação ou mesmo no meio, quando você suprime um pedaço do texto do autor.

d) Citação indireta com mais de um autor;

O fato de o elemento piscina não constar no parecer denota bem a ideia de padrões mínimos de qualidade, ou seja, o inicial (CARREIRA; PINTO, 2007).

e) Citação direta com mais de três autores;

Só em 2010 houve outras possibilidades de adesão a programas de assistência financeira. **Mesmo reconhecendo as reais necessidades dos municípios nordestinos**, essa forma de execução não foi

expressiva no conjunto dos municípios analisados. (MACHADO, *et. al.*, 2012, p. 64, grifos no original).



A expressão "grifos no original" é utilizada quando o texto que você está citando tiver sido destacado pelo próprio autor, mantêm-se o destaque dele e após a página, assinala-se que o grifo é do autor. Há a possibilidade de você querer destacar algo, então é só colocar em negrito a parte que você quer destacar e depois da página, separado por vírgula escrever grifos nossos.

f) Citação indireta com mais de três autores.

Dependendo da forma de execução determina-se sua ligação a uma ação. A assistência financeira, por parte do MEC, representa, em muitos municípios, um pequeno montante de recursos. (MACHADO, *et al.*,2012).

É possível ainda fazer citação de citação, ela acontece quando você cita um autor que foi citado por aquele que você leu, em geral, não se recomenda muito sua utilização em trabalhos de grau mais avançado. Para fazer esse tipo de citação você deve usar a palavra *apud*, que em português significa citado por. Seguem exemplos abaixo:

Segundo Silva (apud ABREU, 1999, p. 3), diz ser [...].

"[...] o viés organicista da burocracia estatal e o antiliberalismo da cultura política de 1937, preservado de modo encapuçado na Carta de 1946." (VIANNA, 1986, p. 172 apud SEGATTO, 1995, p. 214-215)

No modelo serial de Gough (1972 apud NARDI, 1993), o ato de ler envolve um processamento serial que começa com uma fixação ocular sobre o texto, prosseguindo da esquerda para a direita de forma linear.

FONTE: PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 189.

4.4 Nota de rodapé

São elas que prestam esclarecimento, comprovam afirmações ou justificam informações que não devem ser incluídas no texto, para não interromperem a sequência lógica da leitura. (SILINGOVSCHI, 2015, p. 46). As

notas de rodapé devem ser escritas em fonte tamanho 8 com espaçamento entre linhas simples e são numeradas com algarismos arábicos.

4.5 Referências

Todos os autores, textos, leis, documentos consultados que apareceram ao longo do texto devem ser referenciados, lembrando que são essas referências, juntamente com as citações que fazem com que possamos utilizar as ideias de outrem e nos basear nelas sem caracterizar plágio.

A referência deve permitir que qualquer outra pessoa possa encontrar o texto/documento/lei que aparece no seu trabalho. As referências podem estar no final do documento ou em nota de rodapé ao longo do texto, contudo sugerimos que essa apareça no final do texto. As referências são apresentadas em ordem alfabética por sobrenome com espaçamento simples.

Em geral as referências contêm as seguintes informações:

- > SOBRENOME DO AUTOR, seguido pelas iniciais do nome;
- Título da obra lida;
- Edição (quando houver);
- Cidade da editora;
- Editora:
- > Ano.

Exemplo:

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Quando são dois autores, usa-se ponto e vírgula para separá-los, como pode-se observar no exemplo a seguir:

ALVES, T.; PASSADOR, C. S. **Educação pública no Brasil:** condições de oferta, nível socioeconômico dos alunos e avaliação. São Paulo: AnnaBlume, 2011.

O título em geral deve ser escrito em negrito, contudo somente o título principal, geralmente aquele que está antes dos dois pontos (:). Quando utilizase um livro que foi traduzido, essa informação deve ser informada.

Exemplo:

DWORKIN, R. A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2013.



Na utilização de um livro que foi traduzido, essa informação deve ser informada obrigatoriamente, incluindo nesse caso, a palavra Tradução.

Essas referências são de livros de um autor só, ou considerados no todo, mas quando utiliza-se um livro de vários autores ou apenas um capítulo de um livro, a referência é feita conforme o exemplo:

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). *In*: BENCOSTTA, M. L. A. **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 95-140.



Utilizamos a expressão *In* para dizer que o texto lido está dentro de determinada obra. Além disso, citamos o nome do capítulo, que não é destacado, bem como as páginas.

Para que não haja dúvida, observe outro exemplo:

CARENS, J. H. Justicia compleja, diferencia cultural y comunidad política. *In*: MILLER, D.; WALZER, M. (orgs). **Pluralismo, justicia e igualdad.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1997, p. 65-91.



Alguns livros têm vários autores, mas alguns são chamados de organizadores e/ou coordenadores, quando isso acontece você deve colocar depois do nome do autor ou dos autores essa informação (orgs) (coord).

Para referenciar um artigo deve-se utilizar uma lógica parecida com a apresentada acima, contudo deve-se citar o nome da revista, o qual deverá ser destacado. Ao referenciar uma revista é preciso colocar a cidade da revista, o volume/número (quando houver), as páginas, o mês e o ano da publicação.

Exemplo:

DOURADO, L. F. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturas de uma política. **Ed. & Sociedade**: Campinas, v.31, n. 112, p. 677-705, jul./set, 2010.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N; CARVALHO, M. do C. B de. (orgs). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, p. 13-42, 2001.

No caso do texto ser escrito por uma entidade, por um órgão do governo o mesmo será referenciado colocando no lugar do sobrenome a informação da entidade, do lugar, etc.

Exemplo:

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros: Finanças Públicas 1998-2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

SEED/PARANÁ. Programa de desenvolvimento da escola (PDE-Escola). Curitiba: SEED, 2011.

Ao citar algum desses documentos, apresentados acima, utiliza-se a seguinte informação: IBGE (2004) e SEED/PARANÁ (2011).

Quando são utilizadas várias obras do mesmo autor que foram elaboradas no mesmo ano, devem-se diferenciá-las utilizando as letras do alfabeto, conforme exemplos abaixo:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instrumento diagnóstico PAR Municipal 2011-2014**. 6ª versão. MEC: Brasília, 2011a.

_____. Orientações para elaboração do plano de ações articuladas (PAR) dos municípios (2011-2014). MEC: Brasília, 2011b.

_____. **Plano de ações articuladas PAR 2011-2014:** Guia prático de ações para municípios. MEC: Brasília, 2011c.



O traço que precede as referências acima, substitui as informações de autoria.

Na citação desses documentos deve-se utilizar a mesma lógica, por exemplo: Segundo o MEC (2011b) [...].

Para referenciar teses, dissertações e monografias, utiliza-se a seguinte lógica:

SOBRENOME, Inicias do nome. Título do trabalho. Número de páginas. Categoria e área - Dissertação/Tese/Monografia (Mestrado/Doutorado/Especialização em Teologia). Área da Faculdade (quando houver), nome da Faculdade, cidade e ano.

Exemplos:

SCHNEIDER, G. Política educacional e instrumentos de avaliação: pensando um Índice de Condições Materiais da Escola. 250f. **Dissertação (Mestrado em Educação).** Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SILVA, J. F. da. Custo-Aluno e Condições Tangíveis de Oferta Educacional em Escolas Públicas do Distrito Federal: (Des)Igualdades à flor da pele. 306f. **Tese** (**Doutorado em Educação**). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Ao citar um documento, livro, texto extraído da internet deve-se indicar a sua localização e a data que você visualizou o documento a partir das informações disponível em: e Acesso em:.

Exemplo:

WOLFFENBÜTTEL, A. O que é? - Índice de Gini. **IPEA - Desafios do Desenvolvimento**. Ano 1, edição 4, 2004. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br. Acesso em: 10/02/2016.

Relembrando que quando houver mais de três autores, usar a expressão *et. al.* inclusive na referência, conforme exemplo:

CAMARGO, R. B. de; *et. al.* **Problematização do conceito de qualidade**. Relatório de pesquisa. Brasília: INEP/MEC, out. 2003.

Para referenciar uma lei deve se seguir o seguinte modelo:

CIDADE/PAÍS ou INSTITUIÇÃO. Número da lei e data. Título da lei (sobre o que ela fala). Cidade, data e ano.

Exemplo:

Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente.** Brasília: DF, 13 de jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 05/07/12.

Na citação deve ser utilizada a informação de autoria, ano e número do artigo, por exemplo:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. [...] (BRASIL, 1990, art. 7).



Quando não consta no documento informações sobre o ano ou página, pode colocar após a autoria as seguintes informações:

S/d. (que indica sem data) e S/p. (que indica que sem página).

Saiba Mais



MORE é uma ferramenta gratuita e fácil de usar, que produz automaticamente citações no texto e referências no formato ABNT. Para saber mais sobre as suas funcionalidades acesse link indicado.

Link: http://novo.more.ufsc.br/suporte/informacoes

Resumo da aula 4

Nesta aula foram abordadas as normas e regras existentes para a formatação dos trabalhos acadêmicos, as quais não são complexas, mas necessitam de atenção. Tal estruturação não precisa ser decorada, porém é

importante o entendimento lógico, não esquecendo que cada instituição, dentro das normas definidas pela ABNT, poderá apresentar algumas variações.

Atividade de Aprendizagem



Escreva um pequeno texto sobre o que você aprendeu nesta aula. Nele deverão constar citações diretas e indiretas. Incluir também a referência.

FACULDADE SÃO BRAZ

Resumo da disciplina

Nesta disciplina foram apresentadas as normas para formatação dos trabalhos, citações, referências, anexos, apêndices, além de tabelas, figuras, ilustrações e fórmulas.

As normas existem para a escrita e formatação de trabalhos acadêmicos e elas definem desde o tamanho da página, da letra, o espaçamento entre as palavras, mas também delineiam a forma de se citar e referenciar outros trabalhos.

Estudou-se também que citações e referencias variam de acordo com o tipo de documento que se utiliza, e que podem existir citações diretas e indiretas, sendo que as primeiras são reproduções literais da obra de outrem, enquanto as indiretas utilizam-se das ideias de algum autor, mas, as escreve com suas palavras. Reforçando a importância das citações e referências, as quais são necessárias principalmente para que não ocorram o risco de plágio.

Referências

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6021**: informação e documentação: publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, maio 2003.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, abr. 2011 BORGES, C. Dialética. InfoEscola, s/d. Disponível em: http://www.infoescola.com/filosofia/dialetica/. Acesso em: 12/01/2016.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**: Metodologia científica no caminho de Habermas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

DEPINÉ, A. C.; GOMES, A. K.; SOARES, J. S. O surgimento da Filosofia e a evolução dos mitos: a importância da Escola Jônica para a construção da racionalidade. **X Salão de Iniciação Científica**. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Disponível em: http://dutracarlito.com/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf. Acesso em: 10/08/2015.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 34 ^a ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MANFREDI, Silvia Maria. Metodologia do ensino: diferentes concepções (versão preliminar). Campinas: UNICAMP, 1993. Disponível em https://www.google.com.br/search?q=METODOLOGIA&rlz=1C1SKPL_enBR414&oq

METODOLOGIA&aqs=chrome..69i57j69i59j69i60j0j5j69i59.2580j0j1&sourceid=ch rome&ie=UTF-8#q= METODOLOGIA+DE+ENSINO. Acesso em 24/10/2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MORESI, E. Metodologia da pesquisa. Brasília: UCB, mar. 2003.

OBJETOS EDUCACIONAIS. Fichamento. Brasília: MEC, s/d. Disponível em: http://objetoseducacionais2.mec.gov.br. Acesso em: 10/12/2015.

PRIBERAM. "Conhecimento". Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, Disponível em: http://www.priberam.pt/DLPO/conhecimento. Acesso em: 19-09-2015.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho cientifico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico 2ª ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROVER, A. **Metodologia cientifica**: educação a distância. Joaçaba: UNOESC, 2006. Disponível em: http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/UNOESC-Apost Metod Cient-1.pdf. Acesso: 17/09/2015.

SANTOS, C. J. G. dos. Metodologia científica. Oficina da Pesquisa. s/d Disponível em:

http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Ciencia_e_Metodol ogia/tipos%20de%20conhecimento%20oficina%20da%20pesquisa.pdf . Acesso em: 20/11/2015.

SILINGOVSCHI, R. R. L. Normas e padrões para trabalhos acadêmicos e científicos da Unoeste. Presidente Prudente: Unoeste, 2015. Disponível em: https://unoeste.br/site/biblioteca/documentos/Manual-Normalizacao.pdf. Acesso em: 20/01/2016.

THIRY-CHERQUES, H. R. O primeiro estruturalismo: método de pesquisa para as ciências da gestão. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 137-156, Junho 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552006000200008&Ing=en&nrm=iso. Acesso em: 12/01/2016.

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.